

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 11ª
(DÉCIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER A SITUAÇÃO HÍDRICA DO DF.
DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Há número regimental. Está aberta sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 2.348, de 2017, de autoria da Deputada Telma Rufino, do Deputado Joe Valle e do Deputado Chico Leite, a sessão ordinária de hoje, quinta-feira, dia 23 de fevereiro, de 2017, será transformada em comissão geral para debater a situação hídrica do Distrito Federal.

Declaro suspensa a sessão e convidando as Sras. e Srs. Deputados, bem como todos os convidados, a participarem desta comissão geral no plenário.

(Suspensa às 15h13min, a sessão é reaberta às 15h39min.)

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Está reaberta a sessão. Boa tarde a todos.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	2

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral, que se destina a debater a atual situação hídrica do Distrito Federal.

Convido a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Joe Valle; o Exmo. Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – SEMARH, André Lima; o Exmo. Sr. Secretário de Estado da Agricultura do Distrito Federal – SEAGRI, José Guilherme Tollstadius Leal; o Sr. Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Gustavo Zarif Frayha; a Sra. Promotora de Justiça de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público, Marta Eliana; a Sra. Presidente da Agência de Fiscalização – Agefis, Bruna Pinheiro. Como a extensão da Mesa vai tomar essas cadeiras aí embaixo, teremos também a Sra. Assessora de Meio ambiente e Recursos Hídricos da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, Raquel Brostel; o Sr. Presidente do Comitê de Bacias do Paranoá, Jorge Enoch Furquim; o professor do Programa de Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos da UnB, Sérgio Koide. (Pausa.)

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Boa tarde a todos. Eu queria agradecer a todos a presença. Quero agradecer à Deputada Telma Rufino e ao Deputado Chico Leite, que também foi autor desse pedido de transformação dessa sessão ordinária em comissão geral.

É de conhecimento de todos o momento crítico por que passamos aqui no Distrito Federal e, eu diria, no Brasil também. Mais especificamente, refiro-me à questão da água na nossa região, da escassez que nós vivemos. Essa é uma preocupação enorme da Câmara, especialmente dos Deputados que pediram essa comissão geral para tratar desse assunto. A Câmara tem por dever e princípio estar baseada num tripé. A Casa legislativa trabalha a representação, a legislação, ou seja, ela faz leis, e ela trabalha a fiscalização, ela fiscaliza. Então, representar, fiscalizar e legislar são as nossas funções.

No tocante à água, nós estamos perplexos, estamos vivendo um momento de muitíssima dificuldade. Nós temos, em relação ao regime hídrico do Distrito Federal, uma calamidade, porque sabemos que, pelas projeções, pela questão climática, nós não teremos quantidade de água suficiente no final dessas chuvas que possibilitem uma esperança de que não vamos ter aquela barragem seca. Pelo menos, a do Descoberto. Não temos perspectiva de tirar a água em outros locais, porque a ligação com Corumbá tem os problemas que nós já vimos.

A construção dessa estrutura, a instalação da captação do Lago Paranoá, a estrutura definitiva também sabemos que leva um período terrível. São 4 anos. E aí? A água afeta tudo na nossa capital. Tudo. Tudo mesmo. Eu participei de uma

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	3	

audiência na nossa Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo no ano passado e nós resgatamos alguns trabalhos nossos e há uma matéria publicada em que eu coloco assim, sai essa matéria publicada dizendo em um *blog*, ou em um jornal, não me lembro: "Joe revela que dados desanimadores sobre água ratificam a gestão como a principal solução no DF", junho de 2012. A partir daí, muitas leis foram feitas, sancionadas, 14 projetos de lei em 2011 e 2012 sobre o tema.

Essa é uma lógica difícil na qual precisamos atuar. Qual é a ideia aqui, nesta comissão geral nós vamos debater, temos os secretários das áreas aqui. O Secretário de Agricultura é um deles. Realmente a utilização de água é fundamental na área de produção de alimentos. Aliás, hoje os produtores têm sofrido muito porque houve um crescimento totalmente desordenado, impermeabilização de solo, e aí essa questão da água se agrava e acaba atingindo os produtores que estão fazendo o seu trabalho há quarenta anos. Nós vimos isso acontecer e ficamos quietos.

O soluço mandatário de quatro anos causa ruptura em qualquer política. O cara novo, a equipe nova que entra, todos querem fazer tudo de novo. Então, há essas rupturas. Há dez anos, já sabíamos que isso ia acontecer! Isso era o que se discutia! Por que não foi tomada providência? Outra coisa é a questão da educação da população, da educação ambiental mesmo. Tem recurso para isso, por que não se faz?

Então, estamos agora em um momento de emergência total. Todas as instituições precisam se unir e tomar medidas drásticas. Agora! Hoje! E a Câmara então se coloca nessa posição, no seu objetivo de fiscalização. Temos de reunir todas as leis, toda a plataforma legislativa que temos vigente hoje, fazer uma compilação para que possamos trabalhar na execução dessas leis, que são muito importantes. Dessa forma, poderemos ter, minimamente, a esperança de que, no futuro, vamos ter água para os próximos anos. Está certo? Existe saída.

Quero aproveitar aqui e agradecer a presença do Deputado Bispo Renato Andrade, nosso Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo aqui da Câmara. Creio que S.Exa. fará um trabalho nessa área muito forte.

Eu gostaria de dizer aos senhores que pensávamos sempre que não ia acontecer conosco. Quando estávamos vendo no ano passado o problema de São Paulo, víamos que era longe daqui. Agora é conosco, está na nossa casa! E começa o racionamento agora aqui. E precisa racionar, não é? Agora, não dá para fazermos isso como uma caixa preta. Não dá para admitir que decisões sejam tomadas de cima para baixo sem discussão, sem debate, sem diálogo com a população, que é quem vai sofrer esse racionamento. E mais do que isso, precisamos saber até

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	4	

quando, como, quanto, por que é 40% de aumento e não 30. Por que é 50 e não 20? A gente quer saber por que; a população quer saber por quê.

Esta comissão geral inicia um ciclo de debates que vamos fazer aqui na Casa sobre os grandes temas, o tema água é um deles, é um tema hoje prioritário, fundamental, porque sem água, nada, não adianta discutir mais nada!

Quero realmente agradecer a todos pela presença.

Eu gostaria de lembrar que, a partir deste momento, estão abertas as inscrições daqueles que desejam fazer uso da palavra.

Deputada Telma Rufino, eu gostaria de passar a palavra a V.Exa. (Pausa.)

Deputado Bispo Renato Andrade, quero fazer uma consulta se V.Exa., como Presidente da comissão, deseja tomar assento à Mesa. (Pausa.)

Eu gostaria de chamar o Presidente da ADASA – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal, Paulo Salles, que acaba de chegar, para tomar assento à Mesa.

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino fazer uso da palavra.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Eu quero agradecer e cumprimentar a Mesa na pessoa do Presidente desta Casa, Deputado Joe Valle.

Agradeço a presença dos professores e alunos do Centro de Ensino nº 09 e do Centro de Ensino nº 12, ambos da Ceilândia. Quero agradecer também a comunidade de Arniqueiras, da prefeitura comunitária do Pôr-do-sol, da comunidade do Sol Nascente, da comunidade da Quadra 407 do Recanto das Emas e dos moradores da Vila Planalto.

Eu sei que muitas escolas estão diminuindo o horário das aulas por conta da falta de água. Isso é muito sério. Eu não tenho dúvida nenhuma de que vocês são o nosso futuro. Então, precisamos, realmente, ver as condições, ver o que vai se fazer para resolver esse problema da crise de água. Um passo futuro para uma vida melhor, para uma sociedade mais consciente fruto de uma educação melhor. Portanto, vocês, alunos e professores, são muito importantes nessa discussão que estamos fazendo aqui na Casa. Por isso, eu pedi a presença de vocês, para ajudar. Do jeito que está indo hoje, está muito difícil essa crise hídrica aqui no Distrito Federal. Não só no Distrito Federal, mas no País todo.

Nossa missão aqui hoje é realmente debater essa crise. Há uma estimativa de crescimento da população de 60 mil pessoas na nossa cidade. Sei também que, por causa da não regularização fundiária de vários lugares em nossa cidade, o Estado não tem o controle do consumo de água. Há falta de chuvas e houve falta de planejamento dos governos que já passaram por nossa cidade, de todos.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 23 02 2017	Horário Início 15h10min	Sessão/Reunião 11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	Página 5

Desde que assumi o meu mandato como Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, adotei algumas prioridades. Elaborei a Lei nº 5.618, de 3 de março de 2016, que "estabelece medidas de emergência para a redução do desperdício de água no Distrito Federal". O descumprimento dessa lei está sujeito à multa. Ajudei a aprovar a Lei nº 5.803, de 2017, que regulariza as áreas rurais, cujo projeto foi do Deputado Joe Valle. Fiz mutirões em cidades para o recolhimento de lixo nas nascentes dos córregos, a exemplo do Córrego Vereda da Cruz, em Arniqueira. Também realizei várias audiências públicas com grupos de técnicos do meio ambiente para discussão do assunto. Tive a grata satisfação de propor e entregar o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Professor Dr. Genebaldo Freire, Doutor em Ecologia pela UnB e um dos maiores nomes na luta pela preservação do meio ambiente em nosso País. Luto, diariamente, para a regularização fundiária de todas as áreas irregulares de nossa cidade, para que tenhamos o controle do uso correto da água.

Temos algumas perguntas que chegam ao nosso gabinete. O pessoal está fazendo perguntas. Quero pedir o empenho de todos para podermos ver como resolveremos essa situação.

Agora eu vou esquecer a Parlamentar Telma e vou à Telma que mora em uma área irregular. Eu vou falar do jeito que eu sei falar mesmo. Não tenho muito esse negócio de ponto, vírgula, essas coisas, não. Não é, Deputado? O que acho que acontece? Às vezes, brigam muito. Eu vejo a Bruna, que é uma pessoa com a qual eu tenho um bom relacionamento, falar que a culpa... Estou falando como povo, não estou falando como Parlamentar hoje, não. Eu vejo a Bruna falar que a culpa da falta de água é da invasão, do pessoal que mora em área irregular. Eu moro em uma área irregular e eu pago pela água e à CEB também. Eu quero dizer que a culpa não é só do povo que invade, não. A culpa é do Estado, que foi omissivo, que, lá atrás, deixou o povo entrar. Aí, cobra CEB, Caesb, IPTU; às vezes, nem cobra. Isso é o que vai acontecendo. Depois, diz-se que a culpa é do povo. A culpa não é só do povo, a culpa também é do Estado, é mais do Estado.

Agora eu vou fazer as perguntas que o pessoal fez para mim. São perguntas dos meus eleitores. "Quando a água chega em nossas casas, o relógio corre igual a um condenado. Nós estamos pagando pelo ar que sai nas torneiras." É verdade. Eu pago um absurdo de água. É terrível. "A água está vindo com muito cloro, e muita gente está apresentando coceiras e caroços pelo corpo. Tem algo a ver?" É para a Caesb essa pergunta. "Tem previsão para a Caesb trocar as instalações antigas, que, segundo o *Bom Dia DF*, da Rede Globo, são as responsáveis pela água amarela que sai das torneiras?" "É verdade que o rodízio já está previsto para dois dias? Hoje é de um dia." Aí eu quero dizer que hoje não é de um dia, não. Isso é mentira. Isso eu estou falando para vocês porque faço parte de um grupo de síndicos que diz que a

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	6

água vai cessar no domingo, e, já na sexta-feira, não há água nas torneiras. Eu passo por isso. Então, isso temos que dizer que é verdade.

O que eu queria pedir a vocês aqui, como moradora de uma área irregular? Veremos como se resolve essa situação. Eu não achei justo – e podem falar o que quiserem falar, mas eu vou falar aqui mesmo –, eu achei um absurdo cortarem a água do povo cá de baixo logo no início e, da Asa Sul e da Asa Norte, demorem. A lei é para todos. O direito é de todos.

Essas foram as perguntas. Eu não tenho mais nada para falar. Quero dizer a vocês: parem de invadir. Com as invasões, vêm as derrubadas. A culpa não é da Bruna. Não estou defendendo a Bruna porque ela está aqui, não. Ainda agora eu meti o ferro nela aqui. Vocês viram. Temos que ser sinceros. Por quê? Vêm as derrubadas, invasões, e aí a Terracap e o Ibram pedem para derrubar. E aí ela vai fazer o quê? Não vai cumprir? Se não cumprir, o Ministério Público está bem ali, mete a caneta. Não tem isso, não. Temos que ver um meio de resolver essa situação de Brasília, saber sobre a água do Lago. Eu vi tanta água ali, mas, como eu não entendo muito bem dessas coisas... O que está acontecendo que não se pode fazer um tratamento para usá-la? Eu estava descendo o elevador, e uma pessoa conversava comigo falando sobre essa bacia que vão fazer, que precisa-se fazer. Parece que Goiás não quer liberar ainda. Se não quiser liberar, vamos pedir ao Governador que o Distrito Federal faça e depois mande a conta para eles, porque, se esperar de Goiás... Parece que lá não está faltando água. Então, o problema é só nosso mesmo.

Era isso. No mais, agradeço a presença de todos. Que Deus abençoe todos vocês. Desculpem, mas o meu jeito de falar é esse mesmo. Não tenho outro termo. Eu já tentei aprender a falar igual ao Deputado Bispo Renato Andrade e ao meu Presidente, mas não dá. A minha linguagem é essa mesmo. Muito obrigada a todos. Que Deus abençoe todos vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputada Telma Rufino, é por isso que V.Exa. é a Telma do povão.

Concedo a palavra ao Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Joe Valle, Exma. Sra. Deputada Telma Rufino, a dama desta Casa, quero parabenizá-los pela iniciativa, juntamente com o Deputado Chico Leite. Cumprimento o Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA, André Lima; o Sr. Secretário de Estado de Agricultura do Distrito Federal – SEAGRI, José Guilherme Tollstadius Leal; o Sr. Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, nesta oportunidade representando o Governo Federal, Gustavo Zarif Frayha; a Sra. Promotora de Justiça

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	7

de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público, Marta Eliana; a Sra. Presidente da Agência de Fiscalização – AGEFIS, Bruna Pinheiro; o Sr. Presidente da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal, Paulo Salles; a Sra. Assessora de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, Raquel Brostel; o Sr. Presidente do Comitê de bacias do Paranoá, Jorge Enoch Furquim; o Sr. Professor do Programa de Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos da UnB, Sérgio Koide. Quero agradecer-los por estarem aqui na Câmara Legislativa conosco.

Minhas palavras serão poucas mesmo, porque a gente quer ouvir quem entende, de fato, do assunto. Ontem, fui eleito Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, e a gente espera trabalhar em conjunto com todas as pessoas envolvidas, a fim de alcançar uma solução para aquilo que aflige todos nós.

Não restava dúvida nenhuma de que o aumento desordenado do uso do solo no Distrito Federal fatalmente traria aquilo que está trazendo, que é a crise hídrica. Não se trata apenas da questão das invasões; o Minha Casa Minha Vida é um erro colossal dos governos, seja estadual, seja Federal. Criam-se bastantes moradias de uma forma desordenada, esquece-se de que essas pessoas têm que comer, tomar água, estudar, trabalhar e começa-se a incentivar um crescimento desordenado do uso do solo no Distrito Federal como um todo. Essas pessoas têm que tomar água, e o gasto vai aumentar a cada dia que passa. Ouvir vocês, que são técnicos, com toda certeza, vai ajudar na construção daquilo que, de fato, precisa acontecer.

Não se trata de ser Governo ou Oposição. Eu, particularmente, faço oposição ao atual governo do Distrito Federal, mas não é uma questão de Oposição ou Governo, é uma questão de Brasília, para que possamos construir um tempo novo para a nossa comunidade. Todo crescimento precisa ser bem ordenado, e todas as pessoas precisam discutir isso de forma que todos possam ganhar com isso. Não nos adianta, como eu disse, dar comida e não dar água ou o que essas pessoas possam beber no seu dia a dia.

Estaremos à disposição da população do Distrito Federal como um todo, dos órgãos do Governo do Distrito Federal, do Ministério Público, já que há uma decisão do nosso Presidente, o Deputado Joe Valle, de trabalhar por câmaras temáticas. Essa foi uma delas. Também sou Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Setor Produtivo. Deve haver uma conjunção de forças, com todos nós trabalhando não para enfraquecer governo a ou b, mas para que Brasília possa voltar ao trilho certo e todos tenhamos uma qualidade de vida melhor. Sem água não dá! É preciso o esforço de cada um de nós para que possamos construir a solução adequada. Precisa-se da população, do governo, da Câmara Legislativa do Distrito Federal, senão, daqui a pouco, Deputada Telma Rufino, não vai faltar água apenas para

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
23 02 2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	8	

bebermos e tomarmos banho, vai faltar água para tudo o que acontece no Distrito Federal.

Chove para caramba aqui no Distrito Federal! Essa água está indo para onde? Simplesmente vão aumentar o preço da água e onerar mais uma vez o trabalhador, as pessoas que precisam pagar a conta de água?

Como muito bem dito pela Deputada Telma Rufino, isso veio da falta de planejamento de todos os governos. Os alertas foram dados muitas vezes. Nós passamos pela Secretaria do Meio Ambiente com uma indicação no ano passado. Todos somos responsáveis pelo problema que aconteceu e todos devemos estar juntos para apresentar uma solução. Como Deputado, pela Câmara Legislativa e pela Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, podem contar comigo! Estaremos juntos para buscar uma solução. Contudo, é claro que o governo precisa se planejar melhor, porque, a contrapartida, nós vamos dar.

Deputada Telma Rufino, V.Exa. tem o meu apoio. Todos têm que pagar a conta, desde o Sol Nascente e o Pôr do Sol até quem mora no Lago Norte, no Lago Sul. Isso tem que ser dividido e todos têm que pagar a conta. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Bispo Renato Andrade. Esperamos, com bastante ansiedade, seu trabalho na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. Sabemos que será muito importante para Brasília.

Gostaria de chamar para fazer uso da palavra o professor do Programa de Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos da UnB – Universidade de Brasília, Sr. Sérgio Koide.

SR. SÉRGIO KOIDE – Boa tarde a todos. Eu gostaria de agradecer por estar aqui, nesta tarde, discutindo essa questão.

Vejam, o problema da crise hídrica é muito amplo. Acho que tivemos como grande lição desse momento o fato de estarmos todos trabalhando juntos na solução do problema. Acho que esse é o fator mais importante em termos de lições a serem aprendidas. Será que estamos fazendo tudo o que é possível? Temos que olhar o problema como um todo.

Nós temos duas grandes frentes: a questão da oferta de água e a questão da demanda pela água. Acho que, na questão da oferta, eventualmente, tivemos problemas históricos de erros e falta de investimento. No momento, acho que a gente está começando a ver soluções de longo prazo, que são os investimentos na captação da água de Corumbá IV e a do Paranoá, em um nível mais definitivo. Acho que, em médio prazo também, em termos de disponibilidade, a Caesb tem apontado algumas soluções junto com a Adasa, que são a reativação de pequenas captações e

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	9

algumas outras coisas que talvez tenhamos que canalizar um pouco mais, como, por exemplo, a redução de perdas no sistema.

Então, acho que a Caesb tem aí uma tarefa grande, que é tentar reduzir um pouco as ligações clandestinas e as perdas. E, finalmente, em curto prazo, na questão da oferta, nós temos também a captação no Bananal e esta nova alternativa que está sendo colocada, que, caso se consiga o financiamento, deve trazer um certo alívio ao sistema como um todo: a captação de água no Paranoá, em um sistema emergencial. Bom, isso, então, analisando o lado da oferta.

Finalmente, analisando a questão da demanda, como reduzi-la? Acho que as medidas que rapidamente se consegue tomar estão sendo tomadas, como a questão de tentar aumentar a tarifa. Acho que isso atrasou um pouco, porque houve aí uma série de problemas, mas o aumento da tarifa é realmente uma medida eficaz. Isso é comprovado no mundo inteiro. A segunda medida, já emergencial, é a questão do racionamento. Acho que também ajuda poupar água para o período de crise. Vejam que, se a gente olhar as consequências disso, a população de renda menor respondeu bem ao racionamento, inclusive à questão da motivação para se reduzir. Se você olhar a população de renda maior, vai ver que isso não ficou muito claro. Por exemplo, sabe-se que, no sistema de Santa Maria, houve uma redução de consumo menor. Por que isso acontece? Porque, na verdade, quando você aumenta a tarifa, isso pesa pouco no bolso, em termos de orçamento, da população de renda maior. Então, ele não vai mudar muito seus hábitos se o aumento da tarifa for igual para todo mundo. Isso é uma coisa que a gente teria de rever.

Outra coisa que é importante na questão de medidas em termos de demanda é o setor público. Acho que, no setor público, foram baixados vários decretos dizendo que é necessário reduzir o consumo, mas tenho visto muito pouco sendo feito, tanto na área federal, quanto no próprio Distrito Federal, para se reduzir o consumo nos edifícios públicos, que, por sinal, aqui no Distrito Federal, são muitos. Veja que nesses prédios você não reduz o consumo fazendo racionamento. Esses prédios geralmente têm reservatórios, assim como todos os prédios no Plano Piloto e as residências de maior poder aquisitivo, no Lago. Então, esse tipo de residência e esse tipo de edifício não vão necessariamente reduzir o consumo com o racionamento. Há necessidade de uma medida mais efetiva, por parte do setor público, no sentido de que se reduza o consumo dentro dos prédios. Isso é uma coisa a ser feita.

Finalmente o último ponto que eu queria anotar, pois o meu tempo está acabando, é o seguinte: por que nem a Adasa nem a academia consegue fazer uma previsão razoável sobre a disponibilidade hídrica? Se alguém me perguntar até quando isso vai durar, eu posso dizer o seguinte: provavelmente, até o ano que vem. Onde está a incerteza nisso? Nós temos incertezas de todas as ordens, mas principalmente meteorológicas. Essas são inevitáveis. Mas a gente tem incerteza

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	10

também em uma coisa: quanto à água que é consumida e disponibilizada nos córregos. Por que isso acontece? Por exemplo: eu não sei – apesar de eu saber exatamente quanto cada casa na área urbana consome – quanto cada agricultor consome. Nós temos muitos poços aqui no Distrito Federal de águas subterrâneas, e nada disso é monitorado; nós temos diversos canais, temos uma estimativa de consumo, mas também não sabemos quanto. Veja, não estou falando de, simplesmente, reduzir, ou até que ponto reduzir, apenas o seguinte: não se podem fazer estudos sem conhecer os dados.

O que está acontecendo hoje no Distrito Federal é que a gente tem uma carência muito grande de dados, tanto de quantidade, quanto de qualidade. Veja que o monitoramento sempre foi historicamente feito aqui – em temos qualitativo e quantitativo – pela Caesb, que não tem isso como sua finalidade precípua. Então, o que acontece: isso não tem uma prioridade alta dentro da Caesb. Então, com a criação da Adasa, isso passou a ser feito, só que já há pouco tempo. E mesmo assim, ainda, a Adasa tem muitas dificuldades, tanto em termos de recursos, mas principalmente em termos de pessoal. Acho que é um grupo relativamente pequeno. Apesar de trabalharem muito, eles não conseguem responder a todas as demandas. Então, temos que melhorar isso em longo prazo.

E eu acho, também, que nós temos que nos preocupar muito com a qualidade da água. Neste momento, só estamos preocupados com a quantidade, mas nós temos que lembrar que vamos beber água do Paranoá. Nós vamos beber água de outros rios, coisa que não tínhamos no passado, que é beber águas que recebem esgotos. Então, o acompanhamento da qualidade da água é uma coisa que, para o futuro, nos preocupa muito.

Só para encerrar, eu gostaria de dizer o seguinte: nós temos que tomar cuidado para não ficar só preocupados com o momento, nós temos que pensar no futuro. E os momentos de crise são fundamentais para discutir exatamente os problemas futuros. Temos que, então, investir muito em conhecimento do que a gente dispõe. Ou seja: melhorar o monitoramento tanto quantitativo, quanto qualitativo.

A Universidade de Brasília tem trabalhado em termos de pesquisa, e tentando auxiliar, na medida do possível, todos os órgãos do Distrito Federal em praticamente todas as áreas. A Deputada Telma Rufino falou sobre a questão do ar no hidrômetro. A ADASA encomendou um serviço à UnB, e nós estamos exatamente analisando o quanto é que isso, realmente, afeta o consumo. Nós estamos fazendo um estudo de balanço hídrico, disponibilidade, e, finalmente, também da questão da tratabilidade da água e do reúso das águas.

Então, eu sei, como disse: os problemas são muitos, mas o desafio é exatamente não nos limitarmos só a esta crise, mas pensarmos no futuro.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	11

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, professor Sérgio Koide.

Gostaria de chamar o Sr. Pedro de Almeida Salles, Presidente da Associação dos Engenheiros Florestais do Distrito Federal, minha associação, nossa associação.

Peço aos que farão uso da palavra que sejam o mais breve possível para dar tempo de todos falarem.

SR. PEDRO DE ALMEIDA SALLES – Boa tarde a todos e a todas, cumprimento à Mesa na pessoa do Deputado Joe Valle.

É importante essa discussão sobre a questão hídrica do Distrito Federal, essa crise. Como já foi dito aqui, a gente sabe que as decisões do passado influenciam a realidade de hoje.

Quero parabenizar a iniciativa da Deputada Telma Rufino, e, sabendo que ela é Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, uma comissão muito importante para nós aqui do Distrito Federal, eu gostaria de resgatar a atuação do nosso Governador Rodrigo Rollemberg, lembrando que, enquanto foi Deputado aqui na Câmara, puxou a CPI da Grilagem.

Então, nós precisamos reforçar as ações que – como o Deputado falou no início – trabalhem pela fiscalização da aplicação das leis e da execução da política de recursos hídricos e de ocupação do solo.

Nós discutimos hoje, aqui também, como nós, pessoas, temos uma influência nisso tudo. Nós consumimos produtos, consumimos água, e temos, sim, a nossa parte nessa equação para solucionar. Vamos nos ver obrigados, sim, a reduzir o nosso consumo. Faz parte, faremos isso, mas nós precisamos também estar atentos à atuação da Câmara, dos Poderes Públicos, Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário porque são muito importantes, e nós estamos aqui na Casa onde as questões políticas são discutidas também, os interesses. Então, é muito importante que tenhamos claro o que podemos fazer para melhorar.

Nesse contexto, eu queria ressaltar como é importante a visão ambientalista, como ela surgiu nos últimos anos e chegou a todos nós. Hoje eu me atrevo a dizer que somos todos ambientalistas porque a crise vai chegar para todo mundo, independentemente da visão que a gente tem sobre o meio ambiente. Então, vamos todos que resolver isso juntos. O que nós temos feito sobre isso? Porque, ao mesmo tempo que a visão ambientalista chega para todos agora, ela não é recente.

Eu sou engenheiro florestal. A engenharia florestal nasce na Alemanha junto com o conceito de sustentabilidade, acreditem vocês. O conceito de sustentabilidade deriva do uso sustentável das florestas. Então, países como Alemanha, Estados Unidos e outros têm, há muito tempo, a visão da importância das árvores, das florestas, não só para os produtos, como nós já sabemos – madeira –, mas também

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	12

para os serviços ambientais, isso está cada vez mais claro. Um recente estudo feito no Estado da Califórnia avaliou 900 mil árvores e estimou que o valor delas era de aproximadamente 8 bilhões de reais. Estou fazendo as conversões porque, claro, foi em dólares. Para cada real investido, o retorno que as árvores nos dão é estimado em vinte reais. Então nós sabemos da importância das árvores e precisamos pensar no que temos feito sobre o plantio de árvores aqui no DF.

Ao mesmo tempo que a visão ambientalista ganha em amplitude, agora nós já temos estudos e a ciência e a tecnologia sendo investidos na gestão dos recursos hídricos e na gestão florestal por exemplo. Uma pessoa muito importante para o DF, Juscelino Kubitschek, com sua visão de futuro, foi quem criou o primeiro curso de engenharia florestal no Brasil em 1960. Ele tinha uma visão da importância do plantio de árvores. Se nós avaliarmos hoje a execução da polícia florestal no DF, o que nós temos? Nós temos uma necessidade muito grande de instituições especializadas em gerenciar as florestas. Onde estão os dados sobre as florestas, que nós temos aqui sobre a vegetação? Se procurarmos produção agropecuária, teremos muito, mas, se olharmos para a floresta, teremos muito pouco.

Então, o que nós precisamos não é juntar tudo no meio ambiente. Nós temos na Adasa uma agência especializada em gestão dos recursos hídricos. Que assim seja. Precisa melhorar, certamente, mas é uma visão especializada. Isso é muito importante para o DF, assim como nós defendemos que a gestão florestal precisa de uma instituição especializada. Nós não podemos, neste momento de suma importância, voltar à época da tentativa e erro, em que se avalia como as políticas serão executadas para ver como lá na frente o resultado sai. Gestão florestal acontece há muito tempo em vários países e no Brasil também. Não precisamos de tentativa e erro, precisamos de atuação especializada para que os resultados saiam hoje, amanhã e depois, o mais rápido possível. Nós não podemos nos dar o luxo de perder tempo.

Obrigado a todos e, parabenizando os trabalhos, desejo uma ótima tarde de trabalhos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Pedro.

Concedo a palavra ao Sr. Anísio de Sousa Sá Filho, que é Gestor Ambiental na Associação dos Moradores e Amigos de Águas Claras.

SR. ANÍSIO DE SOUSA SÁ FILHO – Boa tarde a todos. Gostaria de parabenizar a Deputada Telma Rufino e agradecer o convite dela, nossa amiga, que participa do nosso grupo de síndicos. Venho representando a AMAAC – Associação dos Moradores e Amigos de Águas Claras. Cumprimento em especial o Deputado Joe Valle, com o qual já fizemos alguns trabalhos no Metrô do Distrito Federal, onde ele deu a sugestão de se criar o Metrô Ecológico. Teríamos muitas sugestões na área ambiental, como ambientalista em discussão constante com a área acadêmica, mas

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	13

não convém no momento citar muita coisa porque teríamos que debatê-las em um tempo maior.

Dentro do ambiente dos recursos hídricos, das carências que nós temos no momento, antes de colocar duas questões primordiais, eu queria cumprimentar em especial uma pessoa que participa da Mesa, que está sendo, como diz o Romário, “o cara”. Mas ela é “a cara”, o *boom* da pessoa atuante na proteção dos recursos hídricos: é a Dra. Bruna, que cumprimento.

É sabido que estamos numa planície a 1.200 metros acima do nível do mar, e Brasília foi construída bem abaixo; os nossos tributários nascem acima desse nível. De imediato, o que nós temos que fazer? Nós – tem que ver de qual dos entes que estão presentes, Adasa, Caesb ou Ministério Público, é essa responsabilidade – temos que proteger o local do nosso divisor de águas, onde caem as nossas águas e se formatam os nossos tributários, especificamente o Paranoá, de onde vamos beber água. Hoje nós temos a melhor água do Brasil, mas podemos ter a pior, se não cuidarmos dos nossos tributários.

Sobre a proposta ou sugestão, vou falar especificamente como ambientalista e morador de Águas Claras. Ela é uma cidade que foi criada indevidamente porque foi construída em cima de uma borda de chapada, de nascente de água. Então, jamais era para existir Águas Claras, jamais era para ter sido edificado o Vicente Pires, ali era eminentemente nascente de água, borda de chapada. Mas a coisa está feita.

Em outras cidades, no Brasil mesmo, temos, nas áreas de saneamento, equipes técnicas cuidando das nascentes, limpando dia a dia os nossos tributários, para evitar o que está acontecendo hoje: o assoreamento de muitas nascentes. Isso diminuiria a crise hídrica no futuro.

Outra sugestão: fala-se muito em Corumbá IV; por que não se fala no Lago de Queimados? É uma sugestão para o Ministério Público e para o nosso Presidente. Por que não podemos também, a longo prazo, captar água do Lago de Queimados, que está mais próximo e num desnível menor do que Corumbá?

Seriam estas as sugestões: criar efetivamente uma proteção constante dos nossos tributários e pensar em já fazer a captação de água de Queimados. Era isso. Agradeço. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Anísio.

Gostaria de chamar para fazer o uso da palavra Paulo Alípios, do grupo De Olho no Cerrado, cientista ambiental.

SR. PAULO ALÍPIOS – Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar a Mesa. Quero levantar algumas questões aqui.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
23 02 2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	14	

Primeiramente, como temos visto em Brasília, a população é que tem pagado pela crise ambiental, mas quem é da área ambiental sabe que quem realmente gasta mais água é a agropecuária e a indústria. Gostaria de saber por que a população está sofrendo com isso – e justamente o pessoal que mora em áreas mais afastadas, quando o Plano Piloto é o que mais consome água, de acordo com bases da Caesb.

Outra questão que eu gostaria de levantar é saber se já há algum projeto de recuperação do Cerrado nas áreas de bacias hidrográficas que abastecem o Distrito Federal.

Também gostaria de saber da Caesb e da Adasa quanto ao uso sustentável de águas pluviais, a captação das águas pluviais para utilização em tarefas comuns, como lavagem de prédios, irrigação, qualquer outro tipo que não seja para fins de utilização humana. Pergunto isso porque existem estudos que comprovam que é viável econômica e tecnicamente a implantação desse tipo de sistema, já que Brasília também apresenta um tempo chuvoso bem consistente que se estende de outubro a fevereiro, mais tardar março, para poder suprir também a época da seca, um período pouco chuvoso.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Agradeço-lhe ter usado o seu tempo em cima, na pinta.

Concedo a palavra à Sra. Vandete Maldaner, Coordenadora de Estudos, Programas e Monitoramento do IBRAM – Instituto Brasília Ambiental.

Logo após, passarei a palavra para a Mesa, para fazermos uma alternância.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Por favor, peço que se identifique.

SR. FERNANDO CORTIZO – Boa tarde. Sou Fernando Cortizo, Auditor e Coordenador de Fiscalização e estou como Superintendente do Ibram.

Boa tarde, promotora, Presidente, secretário, Dra. Bruna, Dr. Paulo. Vou passar algumas informações sobre o que o Ibram tem feito.

No Ibram, desde 2014, há uma operação chamada Acqua Munda. Esse nome refere-se a água limpa, pois ela pega todos os mananciais e afluentes do Lago Paranoá, do Descoberto. A partir de 2017, com a crise, nós a implementamos no Descoberto. A partir daí, dentro da SUFAM – Superintendência de Fiscalização, Auditoria e Controle Ambiental, da qual eu faço parte, colocamos toda a força de trabalho, ou seja, todos os auditores da superintendência em campo diariamente para fazer fiscalização na área da Bacia Hidrográfica do Rio Descoberto.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	15

Antes de iniciar essa execução, a gente fez o elemento geo, que seria elementos em mapas, para fazer o levantamento das áreas a serem fiscalizadas. Então nós fiscalizamos todas as áreas de preservação permanente, captações de água, barragens, barramentos, tanques, atividades licenciáveis, e prestamos apoio também à Agefis, em suas ações no parcelamento de solo.

Essa nossa ação da Sufam voltada especificamente para o Descoberto começou em meados de janeiro e se prolongará durante todo o ano. Por quê? Porque a Bacia do Descoberto tem várias microbacias, que também podemos chamar de unidades hidrográficas, que são os afluentes que abastecem o Lago do Descoberto.

A fiscalização do Ibram está alinhada com os parâmetros da fiscalização da Adasa. Foram feitas reuniões técnicas para isso, para ter uma dosimetria adequada, porque sabemos que Brazlândia é uma área rural, a agricultura é o forte na sua geração de renda. Então nós precisamos também dos alimentos e não podemos chegar pesando a mão, sem antes saber as condições.

O cronograma é extenso. Como já falei para os senhores, vai toda a Bacia do Descoberto, mas pretendemos, no final de 2017 e no primeiro trimestre de 2018, encerrar toda a Bacia do Descoberto.

Em tempo, nós também cuidamos da fiscalização de todo o resto de Brasília. Não paramos a fiscalização por isso. Fizemos um cronograma segundo o qual cada auditor vai a campo a cada oito dias.

Nós também temos ações de educação ambiental, como o Descoberto Coberto, o Ambiente Consciente e o Adote uma Nascente.

A área rural tem a sua função, porque o parcelamento causa impermeabilização de solo e, com isso, causa lixiviação, carreamento, assoreamento, o que diminui a infiltração do solo. Dessa forma, o Ibram está agindo em parceria com diversos órgãos, capitaneado pelo escritório de projetos da Casa Civil, com Agefis, Adasa, Caesb, Seagri, Polícia Militar, Polícia Civil, ICMBio e Ibama. O Ibama e o ICMBio fazem o lado de Goiás que não está na nossa competência.

O Ibram está à disposição dos senhores.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Robson Azevedo, morador de Brazlândia.

SR. ROBSON AZEVEDO – Quero cumprimentar a Mesa e o Deputado Joe Valle na pessoa da Deputada Telma Rufino. Quero cumprimentar, principalmente, os estudantes que se dispuseram a estar aqui neste momento para acompanhar esse problema difícil pelo qual a população de Brasília está passando.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	16

Eu sou morador de Brazlândia, que é uma cidade que tem mais de 55 mil habitantes. Grande parte da água que vai para a Barragem do Descoberto sai de Brazlândia através do Ribeirão Rodeador, Chapadinha, o Rio Descoberto, o Córrego Pulador e outros. Porém, Brazlândia não faz uso da água do Descoberto. Mesmo não fazendo uso – eu falo aqui para o pessoal da Adasa e da Caesb – Brazlândia paga tarifa de contingência.

Essa tarifa de contingência, segundo dados que vi hoje no jornal, já arrecadou quase 10 milhões de reais que não foram utilizados justamente por causa de regulamentação da Adasa. O que acontece? Lá é uma área que produz 30% das hortaliças consumidas no Distrito Federal. Os trabalhadores rurais que moram naquela região também estão ficando muito preocupados com a falta de água, com o assoreamento do lago. Eu acho que a Caesb deveria investir muito mais. Hoje se paga essa tarifa de contingência, estamos num estado de emergência e, até agora, não vimos muito resultado.

E o que acontece com isso? Os trabalhadores rurais daquela região estão realmente preocupados. Dias atrás, a Agefis foi lá e fez uma operação. Eu fiquei estarelecido com aquela operação. Eu não tenho nada contra a Agefis, mas eu acredito que as autoridades precisavam dar uma resposta para a população do Distrito Federal. Aí qual foi a resposta? Chegaram lá e falaram para o pessoal que está morando na zona rural que o problema da falta de água poderia estar vindo de lá. Isso não é verdade. Nós temos vários problemas. Um dos grandes problemas é que choveu menos este ano, faltou investimento da Caesb, faltaram várias coisas.

E eu também aproveito o momento aqui falar aos órgãos de fiscalização que às vezes fiscalizar o pobre é fácil, mas temos também que fiscalizar as grandes empresas, os grandes empresários, porque, talvez, eles estejam poluindo as nascentes e ninguém está olhando para isso.

Então, eu venho propor para o Deputado Joe Valle pensando, principalmente, nas crianças que estou vendo ali e que são o futuro daqui do Distrito Federal, para que haja água também para os nossos descendentes. O que acontece deputado? Eu analisei um projeto de lei do Rio de Janeiro que recebe *royalties* do petróleo e esses *royalties*, os seus lucros, são aproveitados na educação. Aqui os projetos da Caesb são muito poucos. Ela investe num projeto chamado Projeto Golfinho, Projeto Escalada e a população mal sabe disso. Se não me engano, no ano de 2012, segundo o site da Caesb, foram atendidas quatrocentas e poucas crianças. A gente poderia pegar o lucro que a Caesb gera – suponhamos pegar 10% do lucro – e reinvestir em educação. Educação para essas crianças que estão aí para não faltar água no futuro.

Eu agradeço a todos que estão aqui. Agradeço à Mesa e peço a cada um que se conscientize quanto a essa questão da água.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	17

Boa tarde e muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado.

Concedo a palavra ao Secretário de Estado do Meio Ambiente do DF, Sr. André Lima.

SR. ANDRÉ LIMA – Boa tarde, amigos e amigas. Quero parabenizar o Deputado Chico Leite, o Deputado Joe Valle e a Deputada Telma Rufino por abrirem mais espaço para o diálogo da sociedade com o governo, mediado pelo Parlamento. Acho que esta é a terceira ou a quarta reunião nas últimas semanas de que participo aqui na Câmara Legislativa para tratar desse assunto, e acho que é bem produtivo e importante estabelecer esse diálogo permanente.

Também saúdo o Deputado Bispo Renato e o parabenizo pela fala em que reconhece algo que também tenho dito, reconhece que esse assunto, vários outros, mas esse em especial, crise ou estresse hídrico, como está colocado ali, é um assunto que não dá para politizarmos, trabalharmos Oposição, Situação, partido “a”, partido “b”, porque, a rigor, praticamente todas as principais siglas, digamos assim, que atuam, que têm protagonismo político no Distrito Federal, passaram ou como governo ou como partido aliado ou como cargos com atribuições importantes.

Em boa medida, disse agora ao Deputado Joe Valle e tenho dito isso, o que nós estamos vivendo hoje aqui se chama colheita, os agricultores sabem muito bem disso, só colhe quem planta. Infelizmente, digo agora isso também como cidadão, como alguém disse aqui “eu não sou aqui deputado, sou cidadão”, eu sou secretário, estou secretário, mas sou cidadão. Sou ambientalista há 25 anos e, desses 25 em que milito, dezenove são aqui em Brasília. Eu posso dizer que nós estamos colhendo o fruto de muita irresponsabilidade e do descaso de vários governos, de vários governos! Vou dizer isso aqui sem querer afrontar ninguém, mas a sociedade também tem baixa consciência e interesse nesse tema. Nos últimos 20, 25 anos, vem melhorando, vem aumentando, mas o que nós estamos vivendo hoje é a colheita desses 25 anos de pouco caso, de pouca preocupação, com raras exceções e algumas dessas exceções inclusive estão aqui nesta sala em que estamos agora reunidos.

Então, temos que realmente fazer uma autoavaliação, uma autocrítica, mas sobretudo temos que nos engajar, que nos unir para buscar soluções. O que eu posso dizer pela área ambiental é que algumas coisas vêm sendo feitas nesta gestão – e acho importante dizer – muito embora boa parte do que vem sendo feito pela área ambiental do governo são aquelas coisas que plantamos agora para colher mais no futuro, colher nas próximas gestões, colher nos próximos anos. A ação ambiental em que se pode colher algum fruto de curtíssimo prazo é a ação que foi apresentada aqui pelo Fernando, é a ação de fiscalização em que você pode eventualmente

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	18

conseguir reverter em parte o consumo ilegal, irregular, de água ou ocupações irregulares.

Mas quero falar aqui um pouco do que está sendo feito de estruturante, porque, como foi dito aqui pelo professor Koide, momento de crise é momento também para refletir, pensar e trabalhar pelo futuro não só para resolver as questões emergenciais. Eu gastei 2 minutos no preâmbulo e vou falar em 3 minutos.

Tem um elemento fundamental que está vindo para esta Casa, uma ação fundamental, que está vindo agora em abril – e peço muito o apoio de todos os Deputados, sobretudo do Deputado Joe Valle e da Deputada Telma Rufino, que preside a Comissão de Assuntos Fundiários – que é o Zoneamento Ecológico Econômico, que, se tivesse sido feito, como manda a legislação orgânica aqui do Distrito Federal, há 20 anos, talvez algumas decisões, como por exemplo Águas Claras, tivessem sido tomadas de maneira diferente. Então, esse zoneamento vem tarde, mas vem, e é importante para olharmos para o futuro. Peço o apoio de todos vocês.

Na questão de clima, nós estamos aí vivenciando também alterações do ponto de vista de temperatura, inclusive previsão de redução do regime de chuvas para o futuro próximo. Inclusive, com o apoio do Deputado Joe Valle no seu mandato anterior, conseguimos uma emenda, elaboramos o primeiro inventário, alguns estudos sobre clima, estamos agora propondo um fórum de mudanças climáticas para a sociedade começar a trabalhar, se educar e se comprometer com as questões associadas ao clima.

No campo ainda do ordenamento territorial, deve vir a esta Casa a Lei de Permeabilidade do Solo. Nós trabalhamos agora, nos últimos quatro meses, 23 reuniões com vários órgãos de governo integrandos para ter uma lei de permeabilidade do solo que possa garantir uma melhor drenagem e recarga de aquífero dentro das áreas urbanas.

Do ponto de vista da educação e mobilização socioambiental, já há 2 anos viemos fazendo a Virada do Cerrado, há 2 anos já tínhamos decidido que este ano a Virada do Cerrado teria como foco o tema água. Queremos mobilizar no mínimo cinquenta mil pessoas em ações diretas. E o Deputado Joe Valle, quando foi secretário na SEDESTMIDH, deu um grande apoio ajudando a conduzir também vários eventos que mobilizam pessoas que estão fora, falando em água aqui, do aquífero. Nós precisamos conquistar e cativar as pessoas que não estão militando no dia a dia das ações ambientais para serem incorporadas nesse desafio. Sobre a frente de combate à grilagem, certamente a Bruna vai falar aqui, mas é uma grande ação, eu posso dizer, e que me honra muito fazer parte deste governo por ter uma decisão política de alto nível para fazer um enfrentamento numa questão que é cultural – não é a única responsável, obviamente, pela situação em que a gente vive

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	19

hoje, mas, em boa medida, tem responsabilidade por ocupar áreas de recarga de aquíferos, nascentes, matas ciliares etc. Então, nós temos um plano integrado de ação contra a questão da grilagem, com várias ações, eu não vou detalhar por falta de tempo.

Na questão de novas tecnologias, eu acho que está o grande, talvez o grande calcanhar de Aquiles, Deputado Joe Valle, e você que já foi secretário de tecnologia no Ministério de Ciências e Tecnologia, tem muito a contribuir, mas nós precisamos de investir mais em novas tecnologias que sejam menos intensivas no uso de água.

A Secretaria de Meio Ambiente tem poucos recursos, mas nós aprovamos no FUNAM – Fundo Único de Meio Ambiente, agora, um investimento de 1 milhão de reais. Hoje tivemos reunião com o BRB para tentar viabilizar uma linha de crédito em que esse 1 milhão de reais é para rebater juros de crédito para uso, por pequenos e microempreendedores, de novas tecnologias que possam reduzir o consumo de água ou incentivar o reúso de água. É uma pequena contribuição no primeiro piloto e que, obviamente, depois, vamos buscar captar mais recursos, e também aprovamos um concurso para poder premiar, e não só combater quem faz de forma irregular, mas também premiar aqueles que fazem de maneira adequada. Nós aprovamos um concurso no Funam – e vamos querer também o apoio da Câmara Legislativa aqui para divulgar – de práticas urbanas sustentáveis, práticas rurais sustentáveis e práticas empresariais sustentáveis. Nós precisamos divulgar e promover aqueles que fazem as coisas corretas e adequadas. A sociedade precisa conhecer quem está fazendo do jeito certo e não só quem está fazendo do jeito errado nas manchetes de jornais que a gente vê por aí.

De uma proposta nossa, da Secretaria de Meio Ambiente, junto com a Adasa e a Caesb, o Governador criou um comitê ainda informal, mas é um comitê de governança hídrica. Assim como temos um comitê de governança fiscal para enfrentar a questão da crise fiscal, o Governador criou um comitê de segurança hídrica, que envolve o primeiro escalão do governo, que agora está finalizando o plano emergencial de enfrentamento da crise hídrica que deve ser apresentado. Inclusive, vou levar essa sugestão ao Governador para que seja apresentado aqui nesta Casa numa sessão ou do grupo de trabalho da Frente Parlamentar Ambientalista ou na Comissão de Meio Ambiente.

Temos um plano de governo coordenado em que cada área de governo está dizendo o que vai fazer ou o que pode fazer, com metas e recursos tanto no curto prazo, que é um ano, quanto num prazo mais longo. Tenho buscado fazer, e aí no meu papel de Secretário do Meio Ambiente e de Presidente do Conselho de Recursos Hídricos, buscado fazer um debate aberto, franco e transparente; inúmeras reuniões nós fizemos a partir de agosto do ano passado, quando a Adasa sinalizou o alerta dos nossos reservatórios. Todos os meses, nós temos tido reunião do Conselho de

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	20

Recursos Hídricos, chamado o primeiro escalão do governo para prestar esclarecimento do que está sendo feito, ouvir da sociedade o que não está sendo feito, o que está sendo demandado. Portanto o Conselho de Recursos Hídricos tem sido um espaço aberto a toda sociedade organizada para não só cobrar do governo, mas também compartilhar a responsabilidade e trazer suas contribuições para o enfrentamento desta crise e formulações que sejam estruturantes.

Outro apoio que eu quero pedir, Deputado Joe Valle, saudando agora o meu Deputado Chico Leite também, é que nós precisamos fazer uma revisão da legislação de recursos hídricos para vermos o que é preciso e possível aprimorar no sistema para que possamos agir em tempo real, antecipando-se, prevenindo, mitigando de maneira mais efetiva e eficiente em situações como esta que vimos vivenciando hoje. Certamente há espaço para aprimorar, para refinar o sistema de recursos hídricos, porque, infelizmente, hoje existem muita sobreposição, muita lacuna. É preciso, então, aproveitar essa oportunidade que é a crise. Infelizmente, a crise vem, mas ela traz também essa necessidade de a gente se organizar para aprimorar o sistema.

A gente precisa fazer um diagnóstico preciso. Na Secretaria de Meio Ambiente, nós estamos contratando esses diagnósticos. Onde é que estão as lacunas, as sobreposições, as ambiguidades, as contradições do sistema de gerenciamento de recursos hídricos que nos impedem de agir em tempo real, mitigando, prevenindo situações como essas.

Então, eu teria outras coisas a dizer. Eu quero apenas também fazer uma convocação aqui à sociedade como um todo, à Ordem dos Advogados do Brasil, ao Instituto dos Arquitetos, CREA, Fecomércio, Fibra, universidades... É um grande momento, é um momento para um grande pacto, para a gente mudar essa cultura e mudar o padrão de uso de recursos hídricos e de água no Distrito Federal. Nós precisamos nos fortalecer, precisamos nos reunir, desenvolver uma nova estratégia. Acho que esse momento é o momento crucial para essa união em busca da reversão dessa crise. E que possamos sair dela mais fortes e vitoriosos.

Muito grato pela oportunidade. A Secretaria de Meio Ambiente está sempre aberto a esse diálogo.

(Assume a Presidência o Deputado Chico Leite.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Quero agradecer ao Secretário André Lima.

Boa tarde a todos e a todas.

Quero, também, contribuir, pela Frente Ambientalista e pela liderança da Rede Sustentabilidade na Casa Legislativa, com essa iniciativa da Deputada Telma Rufino e do Deputado Joe Valle.

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
			Data	Horário Início	
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	21

Conforme o Deputado Joe Valle me pediu, nós temos aqui, para realizar, três falas dos nossos auditores para depois voltar a uma da Mesa. Não é isso? São três minutos, como S.Exa. disse. O Deputado Joe Valle me disse que o método combinado com a Deputada Telma Rufino seria um da Mesa e três da plateia, de maneira que seja uma comissão geral com a participação do público, senão fica uma mera audiência. As pessoas vieram aqui para se expressar.

Convido, para fazer uso da palavra, o professor Herison de Abreu Alencar. (Pausa.)

Enquanto o professor Herison vem, convido a Sra. Dilma Rodrigues. (Pausa.)

Convido, para fazer uso da palavra, o Sr. Gustavo Lima, engenheiro ambiental. São três minutos. A palavra é de V.Sa.

SR. GUSTAVO LIMA – Boa tarde a todos. Sou Gustavo. Somos da Associação dos Engenheiros Ambientais do Distrito Federal. Venho aqui parabenizar principalmente a Deputada Telma Rufino, que é a proponente desta comissão geral. Quero agradecer ao Deputado Joe Valle, Presidente da Casa, e parabenizar o engajamento dos Parlamentares na temática ambiental. Isso a gente tem que reconhecer que é de suma importância. Não há como fazer políticas públicas sem pensar nas questões ambientais.

Quero lembrar a todo mundo que aqui é o Cerrado, berço das águas, ou seja, temos poucas águas, nossas águas são escassas. Essa é uma questão muito grande para ser falada. Somos as nascentes das maiores bacias hidrográficas, porém temos pouca água.

Mais uma questão a ser discutida com vocês é a questão do Lago Sul e Lago Norte. Conforme o professor Koide falou, são os maiores consumidores de água do Distrito Federal. Ou seja, temos que ter políticas públicas e educação ambiental desenvolvidas para essas áreas, as áreas mais ricas da cidade. Realmente, eles são os maiores consumidores de água.

Outra questão importante são os projetos de lei para incentivar o reúso de água, seja em edifícios, seja em clubes, em escolas, indústrias etc.

Uma questão muito importante a ser discutida também é a captação de água do Lago Paranoá para consumo humano. Nós somos engenheiros ambientais e não poderíamos deixar de falar disso.

Nosso sistema de esgoto trata primeiro da parte física, que é o gradeamento, a segunda parte é a parte biológica e a terceira é a clorificação. Ou seja, nós não temos tratamento de remédios e cargas hormonais. O Lago Paranoá é uma grande concentração de hormônios. Não se desenvolveram estudos para falar da potabilidade, da viabilidade do uso dessa água, e já está sendo planejada essa utilização. Será que isso é saudável?

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
			Data	Horário Início	
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	22

Outra questão: combater as captações clandestinas no Lago Paranoá. Muitas pessoas pensam: "Ah, a água está no quintal da minha casa e não posso utilizá-la?" Não. Você tem que ter uma outorga dos recursos hídricos, que ainda não é liberada para o Lago Paranoá.

A criação e adaptação dos PLs existentes, das leis já existentes para ter, realmente, o engajamento da sociedade e dos Parlamentares com a temática ambiental, e atualizar algumas leis, porque, realmente, essas questões ambientais mudam muito rapidamente. Nós devemos atualizar certas leis.

Parabenizo o Deputado Bispo Renato Andrade por assumir a presidência da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. Pedimos a S.Exa., em nome da Associação de Profissionais de Engenharia Ambiental do Distrito Federal – ASPEA, a aproximação com a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, e a aproximação dessa comissão com a Comissão de Assuntos Fundiários, que é de extrema importância. Não há como discutir planejamento urbano sem discutir meio ambiente.

Com relação às perguntas, uma é da Deputada Telma Rufino. Por que não fazemos tratamento na água do Lago Paranoá para consumo? Porque ainda tem essa questão hormonal e da carga de remédios, principalmente de antibióticos. Esse assunto não é pautado na mídia.

Sérgio Koide falou sobre isso, e eu concordo com a opinião dele. Temos que investir mais na questão do reuso de água e na educação ambiental para as comunidades mais ricas, pois são os grandes consumidores de água: Lago Sul, Lago Norte, Brasília em geral. Temos, se não me engano, o maior índice de piscinas por m² do Brasil ou do mundo. Piscinas que estão em desuso, que quase ninguém usa em suas residências. Que haja investimento e apoio, incentivos fiscais para desenvolver tecnologia, como o André Lima falou. Que sejam implementadas ações em prol do meio ambiente e da água, ações efetivas. Que essas ações não fiquem só no debate, mas sejam efetivas.

Parabenizo mais uma vez o engajamento dos Parlamentares nessa temática ambiental. Eu acho que hoje, se não me engano, quatro Parlamentares estiveram aqui, mas esse é um assunto da Casa inteira, é suprapartidário, independentemente de partido A ou partido B. Quem perde ou ganha é o Distrito Federal.

Obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Muito obrigado ao engenheiro Gustavo. Chegaram os outros dois auditores? O professor Herison de Abreu está aqui?

Concedo a palavra ao Sr. Herison de Abreu Alencar.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	23

SR. HERISON DE ABREU ALENCAR – Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, demais representantes, eu trouxe alguns dados. Falou-se muito em Lago Sul. Sou professor de Geografia, e juntamente com a professora trouxemos mais de 40 alunos aqui para acompanhar a sessão. Eu trouxe alguns números referentes ao consumo diário da região administrativa do Lago Sul, para esclarecer melhor o que se debate.

Vejam bem, a média de consumo diário por litro fica em 160 litros. Pegando o consumo *per capita* no Distrito Federal, são 160 litros diários, enquanto no Lago Sul o consumo é de 417 litros diários. Na região administrativa de Ceilândia, há uma migração pendular por dia, ou seja, a população se desloca para a zona central, e depois retorna no final do dia para a sua região. Nós temos que considerar com isso que não existe consumo por esse morador durante todo o dia. Então, em regiões dormitório, como Ceilândia, Taguatinga, Gama, das quais a população se desloca para a parte central, não teremos o consumo chegando nem à média do Distrito Federal, que é de 160 litros por dia.

O Lago Sul, com 417 litros diários por dia, faz com que nós cheguemos à seguinte conclusão: enquanto a população das periferias está deixando de tomar banho, de lavar louça, de consumir água de forma básica, os moradores do Lago Sul estão enchendo suas piscinas. Isso é vergonhoso. (Palmas.) A nossa Constituição Federal fala de dignidade, e a falta de água fere a moral. Isso é no mínimo imoral no que diz respeito a consumo.

Então, peço às autoridades, por gentileza – para não dizer por obrigação –, que tenham uma atitude e façam frente a esse consumo exagerado e imoral, como estou colocando aqui para vocês.

Obrigado. Era só essa consideração. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Obrigado, professor.

Concedo a palavra à Sra. Dilma Rodrigues.

SRA. DILMA RODRIGUES – Boa tarde a todos. Boa tarde ao Deputado Presidente da Mesa e à Deputada Telma Rufino.

Eu quero dizer a vocês que hoje nós vivemos uma crise muito grande mesmo, principalmente no Sol Nascente, onde vivemos. Lá, o pessoal da Caesb desliga a água num dia e nós ficamos dois dias sem água. Quando chega, a água é tão pouquinha que não sobe para o chuveiro. O pessoal tem que tomar banho de balde mesmo.

Lá tem três áreas, três chácaras, e o pessoal da Caesb cobra a taxa simbólica de R\$ 70,00 (setenta reais), mas não tem hidrômetro. Então, eu gostaria de pedir ao pessoal que verificasse isso, porque não é justo. O pessoal que tem relógio sabe

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
			Data	Horário Início	Sessão/Reunião	
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)		24

economizar, mas esse pessoal não sabe porque eles pagam a taxa simbólica. Como vão saber o consumo, o uso? É certo ou não pagar essa taxa, já que eles não têm como saber se é verdade ou não?

Quero dizer a vocês que a gente vem lutando para colocar essa água e essa luz, mas até hoje, já tem quase uns sete, oito anos, que eles não colocam e cobram essa taxa simbólica. São três áreas que existem lá. Eu acho que não é correto esse valor que eles cobram, de R\$ 70,00 (setenta reais). Eu pago minha conta e economizo, pago em torno de 25, 30 reais. Cobram 70, e eles reclamam porque não têm relógio nem de água, nem de luz.

Também quero falar a vocês que, sobre essa crise hídrica, eu acho que ela é causada por nós. Lá tem umas nascentes que precisam ser resgatadas. É preciso olhar mais o pessoal de lá porque, além de serem carentes, eles são seres humanos. É preciso olhar para eles. Pessoal aqui da Mesa, pessoal desta Casa, procurem olhar mais o pessoal do Sol Nascente, porque eles precisam. Lá tem uma comunidade carente que precisa ser olhada. E reeducar. Tem as nascentes, tem esse pessoal que não tem relógio de água e luz. É preciso as pessoas irem lá, para saber cobrar direitinho as taxas.

Só isso. Obrigada a vocês todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Muito obrigado, Dona Dilma.

Como ficou combinado, vamos voltar à Mesa. A Dra. Bruna tem um compromisso, e a palavra é de S.Exa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Sr. Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, que neste momento aqui representa o Governo Federal, Dr. Gustavo Zarif Frayha. Quero agradecer sua presença.

SR. GUSTAVO ZARIF FRAYHA – Inicialmente agradeço este convite e parablenizo a Câmara do Distrito Federal por promover essa comissão geral. É uma oportunidade muito rica de diálogo e uma oportunidade muito rica de aproximação, Deputada Telma Rufino, Deputado Chico Leite, entre as autoridades responsáveis e a população. Eu tenho ouvido com bastante atenção todos os pronunciamentos e acredito que todos eles sejam muito enriquecedores. Parablenizo a todos que estão aqui, pois se dispuseram a sair de suas casas e vir aqui participar desta audiência tão importante.

No meu caso, Deputado, eu venho de uma cidade que também é um planalto, com 1.200 metros de altura. Eu sou de Minas Gerais, de uma cidade chamada Poços de Caldas. Nossa cidade é conhecida como cidade das águas, e aconteceu o seguinte: a cidade das águas passou por uma crise hídrica, em 1994, muito parecida com essa pela qual estamos passando aqui em Brasília. Faltava água

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
23 02 2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	25	

na cidade inteira. Estávamos com uma estação de tratamento de água em construção, que não conseguíamos terminar. Eram detalhes demais, não tem jeito de atropelar certas etapas. A coisa que mais irrita a população é quando falta água. Quando falta energia elétrica, ninguém gosta; quando o telefone não está funcionando, ninguém gosta; mas quando falta água, realmente é uma situação muita chata, muito desagradável.

Eu, morando em uma cidade de interior, vocês podem imaginar o que passei lá como diretor do departamento de água. Até hoje, para ser sincero, eu sinto calafrios quando me lembro daquela fase. Às vezes, eu tenho até pesadelos, mas tenho também a alegria de ter ajudado como engenheiro, como diretor do departamento, naquela época, a resolver e equacionar um problema durante muitos anos. Nunca mais, graças a Deus, faltou água na minha cidade, porque conseguimos, até com a ajuda do Governo Federal, terminar a nossa estação de tratamento de água que atende a cidade, pelo menos, por esses 20 a 25 anos.

O que eu posso dizer com relação ao Governo Federal, no que concerne ao Ministério das Cidades, é que o ministério é parceiro dos governos estaduais e municipais disponibilizando recursos, dentro do que é possível no Orçamento, para apoiar os programas de saneamento dos estados e dos municípios.

As titularidades dos serviços de saneamento, Deputado e Deputada, são das prefeituras ou dos governos – no caso aqui do Governo do Distrito Federal, não tem uma prefeitura –, quando os municípios delegam, passam para as companhias estaduais. O papel do Ministério das Cidades não é operar diretamente nem interferir. Nós temos de respeitar a autonomia federativa, a autonomia municipal, mas as equipes técnicas do ministério estarão sempre à disposição para ajudar, para contribuir na solução de problemas. Existem programas federais que disponibilizam parte dos recursos que são necessários. Uma parte dos recursos para investimento tem de sair das tarifas pagas pela população, mas como nem todos os municípios, nem todos os governos de estado têm uma capacidade financeira adequada, especialmente em momentos de crise, o Governo Federal, que também não tem a capacidade infinita de resolver tudo, sempre prioriza, dentro do possível, recursos para ajudar os estados e os municípios.

No caso aqui do Governo do Distrito Federal, dentro do Programa de Aceleração de Crescimento, nós disponibilizamos ao longo desses anos, em parceria com o Governo do Distrito Federal e com a sua prestadora de serviço, a Caesb, recursos da ordem de 1 bilhão e 200 milhões para cerca de 25 empreendimentos distintos. Desses recursos da parceria, em torno de 930 milhões são recursos de financiamento ou do Orçamento Geral da União disponibilizados pelo Governo Federal.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	26

Muitos empreendimentos importantes foram sendo executados durante esse período. Infelizmente, alguns empreendimentos também importantes não conseguiram ter a velocidade, o ritmo necessário. Havia empreendimentos que não dependiam aqui somente do Distrito Federal. Eu estou de olho no cronômetro, porque faltam só vinte segundos. Vou pedir mais uns dois minutos, só para falar um pouco do que está em andamento nesse momento e que vai contar com a ajuda Federal.

Há um empreendimento grande, feito em parceria pelo Governo do Distrito Federal e pela Saneago, a operadora, a prestadora de serviços do Estado de Goiás, que é o Sistema Corumbá Sul. Esse sistema está com as obras da Caesb atualmente em um ritmo adequado de execução, e infelizmente houve um problema com relação às obras da Saneago. Já foi executada uma boa parte do empreendimento, mas houve um problema com relação a apontamentos feitos pelo órgão de controle Federal, a CGU – Controladoria-Geral da União, e pelo Ministério Público de Goiás. Entramos para tentar equacionar e ajudar na solução do problema. O ministério tem mantido contato com o Ministério Público de Goiás, onde fomos muito bem recebidos. Não é intenção do Ministério Público prejudicar, de maneira nenhuma, os municípios do Entorno aqui que são de Goiás e a região do Distrito Federal. Há um entendimento que está sendo costurado entre o Ministério das Cidades, a CGU, o Ministério Público e a Saneago. Eu posso dizer que, neste momento, estão bem adiantados os entendimentos. Acho que iremos encontrar uma solução que seja satisfatória para atender os apontamentos dos órgãos de controle e, ao mesmo tempo, possibilitar que as obras sejam retomadas.

Há outra questão também, há um pleito do Governo do Distrito Federal com relação à construção de uma estação de tratamento de água utilizando o Lago Paranoá, como já foi dito aqui por várias pessoas que me antecederam. Esse empreendimento consome recursos vultosos de ordem superior a 450 milhões de reais. Há um entendimento sendo mantido, neste momento, entre o Governador do Distrito Federal, o Presidente da Caesb com a interveniência da Adasa, e o Governo Federal para ver de que maneira a gente pode ajudar e cooperar neste empreendimento. Neste momento, as discussões ainda estão em andamento, mas o ministro já sinalizou que ele vai procurar atender uma parte das necessidades com os recursos da AGU e uma parte das necessidades com recursos de financiamento. Inclusive, hoje o Presidente da Caesb estava em reunião na Caixa Econômica Federal para tratar dos detalhes para que a gente possa ajudar nessa solução, que também não é uma solução de curto prazo, mas, como foi dito aqui por vários dos que me antecederam, a gente precisa pensar um pouco adiante, enquanto a Caesb e a Adasa tentam, da melhor maneira possível, resolver a situação emergencial atual.

Há outro pedido ainda. Esse não é no nosso ministério, mas no Ministério da Integração Nacional. É um pedido do Governo do Distrito Federal para a construção

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	27	

de uma estação modular emergencial, que seria uma obra que deveria ficar pronta num período de seis meses. Essa obra envolve recursos da ordem de 55 milhões de reais. Depois talvez a Raquel possa falar um pouco mais sobre isso.

Esses entendimentos estão bastante avançados. O Governo Federal está sensível. Sabemos da situação por que estamos passando e lamentamos que tenha chegado a esse ponto.

São Paulo passou por uma situação medonha também há dois anos, o Governo Federal ajudou e São Paulo conseguiu sair daquela crise com a atuação muito firme do governo do estado e da sua companhia, que era a Sabesp. Foi dito aqui, Deputado Chico Leite, em muitos momentos – e eu concordo – que é necessária uma união agora entre o Governo do Distrito Federal, o Governo Federal, a sociedade e o Poder Legislativo, que tem essa função fundamental de promover o diálogo e a interação entre as partes. Se Deus quiser, nós vamos conseguir superar essa crise da maneira que seja menos dolorosa possível. Nós estamos sempre à disposição para qualquer outro esclarecimento que seja necessário.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Muito obrigado, Dr. Gustavo. Fico muito feliz em saber que o senhor vai intervir, que o Governo Federal está sensibilizado e vai trabalhar para que se faça essa relação entre Goiás e o Distrito Federal. Temos discutido muito isso com a Adasa. Não é, Dr. Paulo? É de uma importância muito grande.

Vou pedir permissão para conceder a palavra à Dra. Bruna, porque ela precisa sair. Depois voltamos ao três audientes.

Concedo a palavra à Dra. Bruna Pinheiro.

SRA. BRUNA PINHEIRO – Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa, todos os colegas que estão aqui, os que estão na plateia. O tema é importantíssimo, de grande relevância para nossa cidade, e eu não deixar de estar aqui para dizer como a Agefis tem se portado com relação a esse tema específico.

Quero iniciar dizendo que nós instituímos, logo no começo dessa gestão, o Comitê de Governança do Território do Distrito Federal com uma política muito clara e muito firme no combate à grilagem no Distrito Federal. Dentro dessa política, nossa principal ação foi impedir que o crescimento desordenado aumentasse em nossa cidade. Por isso, a gente trabalhou com uma linha de corte muito clara e 99% das operações demolitórias feitas pela Agefis foram feitas em casas novas, construções recentes. Ou seja, o objetivo principal era coibir o crescimento irregular. E ainda é. Crescer ainda mais!

É espantoso quando a gente olha o mapa do Distrito Federal e vê a quantidade de Áreas de Proteção Permanente que foram ocupadas por parcelamento

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	28

irregular do solo; quando a gente olha a quantidade de nascentes que simplesmente desapareceram. Eu estava atendendo a um pessoal de um condomínio essa semana. Quando eu fui olhar no mapa qual a área da casa de que eles estavam falando, eu falei assim: "É bem na APP – Área de Proteção Permanente do córrego." Eles responderam: "Não, não existe esse córrego aí, não." Eu falei: "Ele já morreu, ele realmente não está mais aí, mas ele existiu um dia, está aqui no mapa hídrico do Distrito Federal." Então, a coisa se inverteu. Ao longo do tempo, a gente tem visto as áreas que deveriam ter sido preservadas sendo ocupadas.

Quando a gente começou com essa política de combate à grilagem e à ocupação irregular, uma coisa que estava sempre no nosso discurso era a proteção da água do Distrito Federal. Nós chegamos a falar várias vezes que nós não queríamos ser São Paulo, não queríamos viver o que São Paulo viveu. Eu cheguei a falar diversas vezes que a área do Descoberto era o nosso Cantareira e que a gente tinha que proteger aquela área porque muito do que São Paulo viveu foi por causa da falta de proteção da área ali em volta do Cantareira. Eu, sinceramente, quando falava isso, achava que isso era uma coisa para a gente ver daqui a, talvez, uns cinco ou dez anos. Eu me assustei demais vendo, neste ano, faltar água no Distrito Federal. Eu me assustei muito com isso.

Eu quero falar rapidinho sobre algumas coisas, algumas atitudes que nós tomamos para proteger o território do Distrito Federal. Uma das atitudes foi a criação de um aplicativo. Hoje, qualquer cidadão do Distrito Federal pode passar na frente de uma ocupação irregular e tirar uma fotografia. Ela cai georreferenciada no nosso sistema, e a gente consegue enxergar, em tempo real, tudo o que está acontecendo de novas construções irregulares no Distrito Federal. Esse aplicativo já está em funcionamento há mais de um ano, e o tempo de resposta entre a denúncia e a operação de pronta resposta não passa de duas semanas. Então, a gente está conseguindo resolver um problema. Uma crítica que a gente sofria muito era: por que esperar consolidar? Por que esperar a família morar? Porque a gente precisa ter informação em tempo real. Porque, se você demora a ter informação, você demora a reagir. Então, o aplicativo hoje é uma informação em tempo real que a gente tem.

Nós temos um convênio com a Terracap – Companhia Imobiliária de Brasília, uma empresa contratada. A cada quinze dias, a gente tem uma imagem de satélite comparativa. Então, hoje a gente recebe na Agefis, georreferenciado, o terreno que foi roçado, porque a primeira coisa que a pessoa faz para poder construir é roçar o terreno. A gente já recebe aquele polígono ali. Colocou-se material de construção, começou a base. Então, de novo, a informação chega cedo para a gente poder reagir.

Nós criamos equipes de reação imediata, que são as equipes de pronta resposta, que chegam ao local para fazer a desconstituição daquela nova invasão enquanto ela ainda está sendo construída. Essa é a política que foi construída. Nos

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	29

dois primeiros anos, a gente foi fazendo as operações em conjunto com a construção dessas ferramentas. Hoje, esta política está toda pronta e está em execução.

Eu queria falar rapidinho de alguns resultados que a gente já obteve. Só no ano passado, nós desobstruímos dez milhões de metros quadrados de área pública nova invadida no Distrito Federal. É muita área. Seriam mais dez milhões de metros quadrados de área pública impermeabilizada, que contribui, sim, para a crise hídrica.

Quero comentar algumas falas que eu ouvi aqui. A nobre Deputada falou: a culpa não é só da ocupação irregular. Não, não é só da ocupação irregular. De maneira nenhuma, eu acho que a culpa é só da ocupação irregular, mas é também da ocupação irregular. A gente não pode colocar panos quentes nessa situação. A ocupação irregular, sim, tem consequência direta na crise hídrica no Distrito Federal. Como eu já disse, há várias áreas de APP, de nascente, de recarga de aquífero sendo ocupadas irregularmente.

Segunda coisa, outra frase que ouvi aqui hoje: as autoridades precisavam dar uma resposta imediata. Parece que a gente foi fazer a operação em Brazlândia só por causa da crise hídrica. Isso também não é verdade. Nós temos operação lá desde o começo do governo. Nosso objetivo é impedir que Brazlândia seja um Vicente Pires II, porque, se a gente olhar alguns anos atrás, a gente vai ver Vicente Pires cheio de chácaras produtivas. E, ao longo do tempo, uma foi parcelada, outra foi parcelada, uma aqui, outra ali, e eram distantes umas das outras. Ao longo do tempo, isso virou um negócio imobiliário muito rentável, e Vicente Pires hoje é fato, é realidade, está em processo de regularização, é irreversível. Mas a Bacia do Descoberto não, a Bacia do Descoberto ainda é reversível, e nós vamos lutar muito para manter aquela área rural, não só para combater o crime de grilagem, mas principalmente porque toda população do Distrito Federal será afetada se aquela região ali for parcelada.

Uma coisa muito importante é que as pessoas achavam que o problema da grilagem era problema de quem estava invadindo, era problema de quem estava comprando. As pessoas que moravam numa área escriturada, numa área regular achavam que aquele problema não era delas. Hoje elas estão enxergando que o problema é dela sim, porque ela está sofrendo a consequência de uma área que foi ocupada irregularmente. Hoje, dentre outros motivos, tem faltado água na casa delas.

Por último, eu queria comentar uma outra frase que eu ouvi aqui: fiscalizar pobre é fácil, difícil é fiscalizar rico. Eu acho que a gente, nessa gestão, tem, sim, autoridade para dizer que nós fiscalizamos os pobres e os ricos. Ninguém tem mais autoridade do que nós para dizer isso depois da desocupação da orla do Lago Paranoá. Ali diversas bombas de captação irregular de água foram retiradas. O Ibram aplicou muitas altíssimas naquelas pessoas. Nós temos fiscalizado, sim, o pobre, mas

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)		30

também temos fiscalizado o rico. O Ibram, agora, recentemente, numa fiscalização ali na região de Brazlândia, aplicou multas a empresas de grande porte que estavam captando irregularmente água, mostrando que a gente não está fazendo acepção de pessoas. Agora, nesse caso específico, nós precisamos, sim, fiscalizar todo mundo. A fiscalização é primordial dentro desse projeto de garantia do abastecimento de água no Distrito Federal. Nós temos hoje uma série de ações implementadas: fiscalização nos cursos hídricos, em conjunto com a Adasa, verificando desvio do curso hídrico, barragem e captação irregular de água. Tudo isso está sendo feito.

Eu espero, de verdade, Deputados, que, a partir de agora, o discurso mude quando a gente fizer ações duras. São duras, e ninguém tem prazer de derrubar casa de ninguém. Que as pessoas comecem a entender que isso é preciso, isso é necessário, porque nossa cidade não suporta mais o crescimento irregular do solo. A cidade está gritando, a água acabou, e nós precisamos tomar conta do nosso território e não permitir que ele continue sendo ocupado de maneira irregular, de maneira inconsequente. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Agradeço à Dra. Bruna.

Vi aqui uma frase dos produtores rurais. Os produtores rurais são nossos aliados. Os grileiros são nossos inimigos, precisam estar na cadeia. Nós temos guerra declarada aos grileiros de terra nessa cidade. Eles não são homicidas que matam uma pessoa só, matam uma geração inteira, várias famílias. Muito obrigado, Dra. Bruna.

Eu agora quero pedir ajuda da Mesa, Deputada Telma Rufino, para chamar três audientes. V.Exa. e o Deputado Joe Valle combinaram assim, e eu acho que é interessante: fala um da Mesa e falam três audientes, de maneira que todos possam participar, colocar sua posição, contribuir. Por gentileza, Secretaria da Mesa, são três participações pela ordem, para ser bem democrático.

Então, aqui está inscrito o Waldir Cordeiro, que é Administrador do Paranoá. Em seguida, falará o Sérgio José Bezerra. O Sérgio está presente aqui entre nós? (Pausa.) Muito obrigado, Sérgio, pela sua presença e colaboração.

Concedo a palavra ao Sr. Waldir Cordeiro.

SR. WALDIR CORDEIRO – Boa tarde a todos. Quero saudar a Mesa na pessoa da Deputada Telma Rufino, do Deputado Chico Leite e do Presidente da Câmara, Deputado Joe Valle, por essa audiência.

Eu só queria compartilhar que, nos últimos dois anos, eu respondi pela Administração de São Sebastião por cinco meses. Agora estou há quase cinco meses no Paranoá, e lá tem uma considerável área rural. A gente tem uma dificuldade lá quando pede manutenção das vias rurais e, muitas vezes, quando pede asfalto em via rural. A primeira pergunta que eu faço é: você opta por morar na roça e quer ter

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	31

asfalto? Fica difícil, porque você começa a descaracterizar a questão da área rural. E uma grande dificuldade que a gente tem é que, depois que você descaracteriza a área rural, começa o parcelamento, incentiva-se muito. Então, é bom rever essa situação. A outra dificuldade que a gente tem na área rural é a manutenção das vias, inclusive para criação de bolsões dentro das chácaras, porque aquele bolsão, além de conservar a via, ele também gera um acúmulo de água que alimenta o lençol freático. Então, muitas vezes, a pessoa quer a manutenção da via, mas não quer que tenha um bolsão dentro da sua chácara, da sua área.

Acho que deveria haver uma lei que obrigasse a pessoa a reservar uma área dentro da sua chácara para receber a água que vem daquela via, para preservar a via e também alimentar o lençol freático daquelas nascentes que estão na sequência daqueles bolsões. Então, a gente tem essa dificuldade de acesso para criar bolsões.

A outra questão: há três anos tive a oportunidade de construir a minha casa e fazer um projeto. Então, com uma calha, alguns canos e uma caixa d'água a mais, eu consigo coletar, no tempo das chuvas, a água para os três banheiros. É barato o que você precisa utilizar. Acredito que as administrações poderiam ter um projeto mínimo para oferecer às pessoas que viessem a construir e dizer: você tem a opção de três projetos aqui, um mais simples e dois projetos de outro nível, para aproveitar a água das chuvas.

Outra situação que pode ser criada é a seguinte: o código de edificações poderia obrigar as pessoas a construírem com essas opções de coleta da chuva, porque, às vezes, as pessoas falam: na época da chuva, tem água sobrando. Mas não é porque está sobrando, que a gente vai poder gastar mais. As barragens vão acabar baixando.

Outra situação na aquisição desse material, que é uma caixa d'água, alguns canos a mais, alguns registros a mais: que pudesse ser criado um Kit com desconto na sua aquisição, para que as pessoas pudessem implantar cada vez mais essa coleta de água da chuva, aproveitando-a em algumas outras situações como para lavar o carro, lavar a área e na descarga dos banheiros da casa. Então, seria possível pensar no desconto ou no não-pagamento de imposto na aquisição desses produtos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Muito obrigado, Valdir Cordeiro.

Concedo a palavra ao Coronel Sérgio José Bezerra, Subsecretário de Defesa Civil.

SR. SÉRGIO JOSÉ BEZERRA – Cumprimento o Sr. Presidente desta comissão, Deputado Chico Leite, também a Deputada Telma Rufino todos os presentes.

A Defesa Civil trabalha e se preocupa basicamente com qualquer ameaça ou com a iminência de um desastre que cause danos materiais, humanos, ambientais, prejuízos econômicos e sociais. Essa é a tarefa da Defesa Civil.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	32

Ela foi fundamental na decretação da situação de emergência, pelo Governador do Distrito Federal, que ocorreu no dia 24 de janeiro. O reconhecimento federal da situação de emergência deu-se no dia 1º de fevereiro, após serem cumpridos todos os requisitos para essa situação.

A cota hoje informada pela Adasa é de 37% do reservatório do Descoberto. Esse aqui é um gráfico que indica – a linha vermelha – o crescente consumo do Distrito Federal, desde o ano de 1986. A linha azul significa a entrada de água na Bacia do Descoberto.

Veja que o encontro das duas linhas se dá exatamente no final do ano passado. A tendência da chuva é diminuir, e a Defesa Civil já tem percebido isso há muito tempo, em função da mudança climática.

Esse gráfico, a linha vermelha, de novo, define o consumo do Distrito Federal; a linha azul indica o quanto tem entrado na bacia. Ou seja, no ano passado, nós consumimos mais do que o que entrou na bacia. Isso implica, de fato, as situações em que estamos.

A Defesa Civil se preocupa muito com essa situação, porque há crianças que precisam de mamadeiras, há pessoas em leitos para tomar banho, principalmente aquelas que estão em casa, e há a necessidade de atender crianças e jovens que estão nas escolas. Na semana passada, já tivemos 3.660 crianças e jovens que tiveram que sair mais cedo da aula, e isso significa prejuízo social. Tivemos prejuízos econômicos significativos também. O gráfico da esquerda, o pontilhado amarelo, significa a média histórica de chuva, e a parte verde é o que efetivamente choveu no ano de 2016. No ano de 2017, vejam que continuamos também abaixo da média.

A Defesa Civil está trabalhando com a hipótese pior, de que vai haver um colapso do sistema. Se as ações forem suficientes para minimizar o problema, melhor para a população, mas estamos trabalhando já com a hipótese de uma simulação, em abril, de necessidade de atendimento de carro pipa. Um simulado que a gente chama de simulado de mesa e um simulado de campo. Ou seja, a própria Casa Civil irá indicar isso e, se estiver faltando água em determinado local, teremos que levar água a esse local. Ou seja, poderemos ver se o sistema de organização de resposta a desastre está de fato funcionando.

Essa aqui é uma foto aérea nossa, feita um dia antes da decretação da situação de emergência. Veja a condição da barragem em uma vista superior. Essa daqui é da Barragem de Santa Maria.

Tivemos, no ano passado, o atendimento emergencial a Mariana e ao Espírito Santo, ou seja, o Distrito Federal foi capaz de se mobilizar e levar água para lá. Muito provavelmente, se nada for feito a contento, precisaremos de água para cá. Por quê? Porque de fato, para a Defesa Civil, a hipótese pior é possível e é nela que

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	33

temos trabalhado muito duro, exigindo especialmente da Caesb, da Casa Civil e de outros órgãos do governo que de fato isso não aconteça. Se acontecer, se a contenção aumentar de 24 para 48 horas, as nossas casas não estarão preparadas para isso. Teremos problemas seriíssimos.

Quem assistiu ao filme Mad Max Parte 3 ou Ensaio sobre a Cegueira sabe o que é o não-atendimento das necessidades humanas básicas. Ou seja, há de fato uma crise social. Aqui, nesse momento, o Distrito Federal pode estar imitando a arte, infelizmente. É preciso que nos mobilizemos, é preciso mudar cultural e comportamentalmente. Quem é mãe de adolescente sabe que os banhos têm de demorar menos. Se continuarmos consumindo água desse jeito, o colapso vai acontecer.

É muito importante toda essa mobilização social para evitar cenas como essas que ocorreram em Mariana e no Espírito Santo, onde o desespero para acesso à água foi muito grande.

É a palavra da Defesa Civil sobre essa problemática local.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Coronel Sérgio. Agradeço imensamente a sua contribuição.

Com a palavra a Presidente do Pró-Descoberto, Rosany Cristina Carvalho.

SRA. ROSANY CRISTINA CARVALHO – Boa tarde a todos. Eu gostaria de parabenizar os Deputados que tomaram a iniciativa para esta audiência e cumprimentar a Mesa em nome da Dra. Marta Eliana, que tem sido uma grande defensora das questões ambientais junto, principalmente, à comunidade de Brazlândia.

Eu moro na Região de Brazlândia há 49 anos. A minha família veio do Paraná e a nossa primeira propriedade é onde é o meio do lago hoje. Sempre digo que a nossa propriedade foi por água abaixo, literalmente, e a gente acreditava que aquela região era produtiva.

Estamos vivendo um momento de crise hoje, e eu vejo que a crise pode trazer riscos e oportunidades. Eu estou vendo esse momento como uma grande oportunidade para a nossa região, porque nunca vimos tantos órgãos com o olhar voltado para a nossa cidade. Há pelo menos vinte anos, vimos falando e alertando sobre a questão hídrica e o risco que estávamos tendo de faltar água no Distrito Federal. As cidades foram aumentando durante esse tempo, sabemos que muitas cidades não existiam, e a conta foi indo para a Barragem do Descoberto. Criam-se novas cidades com o compromisso de que o Descoberto dá conta. E realmente faltou responsabilidade na gestão da nossa bacia. Hoje, como o Secretário do Meio Ambiente falou, estamos colhendo, mas colhendo uma coisa que não quisemos plantar, nasceu uma erva daninha que não queríamos estar colhendo hoje.

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)		34

É o momento, sim. Muitas ações deixaram de ser feitas porque tínhamos órgãos que não conversavam entre si, não existia sintonia, e hoje estamos vendo isso. Em 2009, com uma iniciativa da Promotoria do Meio Ambiente do Ministério Público, que também estava preocupada com essa questão, foi formado o projeto Descoberto Coberto, e todos os órgãos governamentais se sentaram com os produtores, porque não adianta levar políticas públicas sem a presença do maior ator, que é o produtor rural.

A vocação da área de Brazlândia é rural, e a gente quer que continue rural. Recentemente, há quase dois anos, foi formado o Preserva Brazlândia por outra Promotoria do Ministério Público, que começou a trazer também os órgãos federais, porque Brazlândia é uma grande colcha de retalhos: uma parte é área federal, outra parte é distrital, e havia essas sobreposições sobre as quais alguém falou aqui anteriormente – isso é do Ibram, isso é do ICMBio. Ficava um jogo de empurra, e ninguém fazia nada. Acho que chegou o momento de olharmos Brazlândia como um problema do Distrito Federal inteiro porque a falta de gestão ali traz consequências para todo o Distrito Federal.

Gostaria de deixar aqui algumas sugestões. Os produtores rurais de Brazlândia, desde julho, temos feito o dever de casa. A Adasa nos chamou, estamos fazendo locação de água e hoje nós captamos em torno de 40% da parte de que nós temos de outorga, temos condomínios de irrigação. Essa água já está sendo diminuída, e estamos correndo o grande risco de, além de uma crise hídrica, termos uma crise de alimentos também, porque, apesar de tantas medidas que vemos, não vejo nenhuma em que se consiga produzir sem água. Então, estamos também correndo esse risco, e está um clima de terror entre os produtores. (Palmas.)

Eu gostaria de pedir bom senso aos Parlamentares também porque, quando vimos ações como as últimas que nós tivemos, de casas que estavam sendo construídas há mais de dez anos dentro de APP – Área de Proteção Ambiental, a dez metros de um canal de irrigação, não vimos nenhum Deputado vindo em defesa do produtor para melhorar a quantidade de água, mas vimos Deputados levantando uma bandeira que criou um terrorismo maior ainda, de que estariam derrubando casas de produtores.

Nós não podemos permitir que pessoas se rotulem de produtores para ganhar alguma coisa que seja do produtor, realmente. Eu sei que todo mundo tem direito à moradia, mas nós temos que ter responsabilidade, a casa que você vai construir não pode prejudicar milhões de pessoas. E lá temos casas que foram construídas em áreas de reservas do Incra, que foram deixadas como reserva para preservar os canais de irrigação, e hoje estão tirando nascentes que estão deixando de contribuir com o Descoberto.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	35

Então, eu gostaria de pedir o bom senso desses Parlamentares, que também vejam com bons olhos essas ações, que muitas vezes são drásticas, mas são necessárias. Também poderíamos, com os Deputados, criar leis que beneficiem quem está fazendo coisas corretas, como o Secretário disse, para beneficiar boas ações na agricultura. Por que a gente não cria um desconto no IPTU para as pessoas que constroem de forma a economizar água, a captar água da chuva? Por que não se pode criar uma lei em benefício dessas pessoas? Diminuem o IPTU. Às vezes, é melhor você ter menos dinheiro em caixa do que não ter água na torneira. (Palmas.)

E que essas ações de restrições de água para a agricultura sejam extensivas também, como o professor de geografia colocou aqui, para esses moradores do Lago Sul. Eu acho que nós temos que ter restrição, sim, em piscinas. Nós chegamos a um momento em que nós precisamos mostrar que, mais do que dinheiro, nós temos que ter consciência, com essas ações de conscientização da população mais esclarecida. Eles estão como os mais esclarecidos, mas são os que mais estão prejudicando a preservação do uso da água.

Então eu gostaria de deixar aqui esse apelo e dizer que a nossa região de Brazlândia se sente, às vezes, penalizada por estar em área de reserva, mas temos muito orgulho em saber que é da nossa simplicidade que sai o bem mais precioso para o Distrito Federal, que é a água. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Muito obrigado, Rosany.

Quero voltar a palavra à Mesa.

Concedo a palavra à Sra. Marta Eliana, Promotora de Justiça de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público do Distrito Federal.

SRA. MARTA ELIANA – Boa tarde a todos. Na pessoa da Deputada Telma Rufino, eu cumprimento todos os integrantes da Mesa. Gostaria de cumprimentar todos os participantes da audiência. Acho que os alunos já foram embora. Eu gosto muito de conversar com alunos.

Eu acho interessante que, às vezes, a gente pensa em termos de culpados ou pensa em termos de causas: o que causou essa situação de crise hídrica no Distrito Federal? É importante que a gente pense nas causas, até para não repetir os erros, mas não naquele tipo de acusação, neste momento, que nos divida, porque precisamos estar todos juntos.

Essa crise não é uma crise que tenha partido, que tenha governo. É uma crise de todos nós. Então nós temos na crise mais ou menos o que acontece em acidente de avião. Quem já viu resultado de perícia quando avião cai sabe que nunca é uma causa só, já notaram? Eu já vi alguns programas, já li algumas coisas, sempre vários fatores contribuíram para que aquela tragédia acontecesse. E na crise hídrica

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	36

acontece mais ou menos a mesma coisa. Há muitas causas. Se quisermos usar a palavra culpado, há muitos culpados, inclusive cada um de nós.

Então acho que todos podemos fazer uma autocrítica e cobrar também, principalmente da esfera governamental, que haja novas ações, como temos visto acontecer várias, para o enfrentamento da crise. Não só neste momento, mas que haja ações de curto, médio e longo prazos, para que haja realmente uma mudança de visão, uma mudança de paradigma em relação ao consumo da água.

Provavelmente, a opção de trazer água de Corumbá contribuiu para essa situação atual. A obra não ficou pronta em tempo, embora tivessem prometido para nós que teríamos água por cem anos lá no final da década de 90. Se não me falha a memória, essa obra começou em 2010 – se alguém quiser, pode me corrigir – e não está pronta até hoje. Vimos que há problemas lá do lado de Goiás, e ela está suspensa.

Entretanto o que foi mais pernicioso em relação a isso é que começamos a gastar por conta. Eu vi várias vezes, na Promotoria de Defesa do Meio Ambiente, o seguinte: “Vamos criar um setor habitacional novo.” “Mas não tem água.” “Vai ter água. Vem água de Corumbá. Vamos criar, sim.” E foi-se gastando assim por conta. Chegou-se a um ponto em que, numa revisão que houve no plano diretor que foi aprovado em 2009, disseram assim: “Vamos desativar as áreas de proteção de manancial do Distrito Federal porque vem água de Corumbá. A gente não precisa mais ter área de proteção de manancial aqui no Distrito Federal”. E o Ministério Público precisou trabalhar muito firme para que isso não acontecesse. Ainda assim, foi criado o Setor Habitacional Catetinho, naquela época, e nós tivemos que entrar com uma ação. Felizmente nós conseguimos reverter isso, porque aquela área é de proteção de manancial. Vejam que nós temos várias situações aí.

Eu ia dizendo que todos nós podemos contribuir, e podemos mesmo. Eu mesma, que sou ambientalista há muitos anos, já percebi novas maneiras de economizar água lá em casa e tenho adotado essas novas maneiras. É uma nova realidade, e nós precisamos nos habituar a ela e ter bastante responsabilidade em relação ao uso da água.

Eu gostaria de fazer uma citação especial em relação aos produtores rurais de Brazlândia. Eu sou Promotora de Justiça Ambiental na área de Brazlândia. Aliás, na bacia toda do Descoberto, que pega o Alto Descoberto, a APA – Área de Proteção Ambiental do Rio Descoberto. Então, eu estou ali atuando há vários anos, conheço várias pessoas e sei o que vem acontecendo há bastante tempo ali. E notei que, em algum momento, houve um movimento de que o mais fácil seria: “Vamos cortar a captação dos produtores rurais para deixar a água para a cidade”. Eu disse imediatamente: “Gente, isso é totalmente impossível, por várias razões”. Eu bem sei que a própria lei diz que, no momento de escassez, a prioridade é o consumo

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
23 02 2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	37	

humano. Mas vejam bem, é o consumo humano, não o desperdício humano. Então, porque que a água da piscina fica e a do produtor rural se tira? Não podemos tirar do produtor rural.

Nós temos a Área de Proteção Ambiental do Descoberto, que não é uma bacia qualquer. Essa unidade de conservação da natureza foi criada para proteger o nosso principal manancial. Para isso foi feito um plano de manejo e foi feito um zoneamento. E, pelo zoneamento dessa APA, a vocação dela é ser rural. Então, se nós pensarmos “estamos em crise, vamos tirar a água dos produtores”, o que vai acontecer? Ela vai deixar de ser rural e vai ser tomada pela grilagem e pelo parcelamento, porque o produtor vai ficar endividado, falido. Vai chegar alguém e dizer: “Vende a sua chácara”. E ele vai ter que vender porque será uma situação da qual ele não terá saída. E essa pessoa que comprou vai fazer o quê? Ela não vai produzir, porque não vai haver água para produzir. Ela vai produzir lotes. E nós vamos estragar toda a APA que foi criada para proteger os nossos mananciais. Isso nós não podemos permitir que aconteça.

Então eu tenho lutado bastante em prol dos produtores rurais, até porque, embora alguns possam ainda não estar fazendo o dever de casa direito – mas há muitos anos estamos trabalhando para que isso aconteça –, nós os vemos como produtores de água. Por quê? Como eles não impermeabilizaram e são eles que estão lá no campo, a nascente está na terra deles, são eles que podem proteger essas nascentes. O que não acontece com as pessoas que moram nas cidades. E, à medida que eles protegem essas nascentes, eles passam a produzir água. Nós sabemos, por experiência da agroecologia, que, quando você planta e maneja o solo de maneira adequada, as nascentes que estavam secas brotam de novo. Então, nós precisamos proteger nossos produtores rurais, incentivá-los e dar meios para que eles possam cuidar dessas nascentes. Eles são um grande parceiro.

Eu resolvi focar nesse assunto, embora tenhamos muitos assuntos para tratar sobre a crise hídrica, porque é uma coisa de que pouco se fala, e eu já ouvi alguns técnicos que não entendem muito bem a dinâmica da APA do Descoberto defenderem: “Não! Vamos reduzir totalmente, vamos cortar o direito de outorga de água dos produtores rurais”. E isso seria, realmente, um grande erro no caso aqui do Descoberto.

Eu gostaria de dizer também que é importante que tenhamos ações de educação ambiental, que tenhamos mais campanhas. Eu acho que a população do Distrito Federal está respondendo superbem às campanhas. O Ministério Público lançou também uma campanha de incentivo à economia de água, e precisamos aproveitar essa oportunidade para difundir a consciência ambiental para que haja uma conscientização em relação ao consumo, um consumo consciente da água.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	38

Eu deixo aqui um convite a todos para uma audiência pública convocada pelo Ministério Público para tratar desse tema no dia 14 de março, no auditório do MP, aqui ao ladinho, a partir das 9h da manhã.

A audiência pública tem dois objetivos. Um é realmente trazer a sociedade para o debate e ouvir, para colhermos elementos para a própria atuação do Ministério Público. E o outro seria incentivar a sociedade a participar de uma maneira mais organizada na crise hídrica. Digo por quê. Se cada cidadão fica falando sozinho, representando a si próprio ou quase que dando um palpite sobre o que está acontecendo, ele não tem muita força. Ao passo que, se, por exemplo, nós temos produtores rurais que estão numa associação, estão sofrendo problema e vêm falar, eles têm muito mais legitimidade para falar do que está acontecendo.

O que aconteceu lá em São Paulo? Lá em São Paulo eles fizeram uma Aliança pela Água. Várias entidades da sociedade civil organizada – de direitos humanos, de proteção ao meio ambiente, de proteção à ordem urbanística, da educação, da saúde – se uniram numa aliança em que cerca de setenta entidades passaram a trabalhar na crise hídrica. Começaram a produzir sugestões qualificadas para o governo e passaram a ter uma representatividade muito melhor porque eles não estavam falando em nome de uma pessoa, eles falavam em nome de segmentos da sociedade.

É uma coisa que eu gostaria muito de ver acontecer aqui no Distrito Federal, e ainda não vejo acontecer principalmente por parte da população urbana. Eu vejo a população rural mais organizada, fazendo-se ouvir e fazendo boas proposições. O pessoal das cidades talvez ainda não, porque aqui no Plano Piloto, por exemplo, ainda não havia racionamento, vai começar agora. Eu espero que isso possa surtir um efeito mais conscientizador sobre a situação de crise que a gente vive.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Obrigada, Dra. Marta Eliana.

Agora convido a fazer uso da palavra o Dr. Jorge Enoch Furquim.

SR. JORGE ENOCH FURQUIM – Obrigado, Deputado. Parabéns pela iniciativa, Deputado Chico Leite, Deputado Joe Valle e Deputada Telma Rufino. Mais uma vez estamos aqui discutindo essa questão. No último ano foram várias vezes, o que não é um bom sinal, é sinal de que a situação está bastante complicada mesmo, de que está preocupando a população e obviamente esta Casa também, este Parlamento.

E nós temos também o Parlamento das Águas, que é o Comitê de Bacia, que estou representando aqui. Sou pesquisador da Embrapa, mas falo aqui em nome do Comitê de Bacia, que é uma instituição de Estado. Ele é composto por governo e por usuários da água da bacia, de forma quase que paritária.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	39

O comitê tem acompanhado todo esse processo, tem acompanhado as resoluções da Adasa. Às vezes, a gente consegue acompanhar. Quando elas não precisam ser muito urgentes, a gente consegue participar da discussão, mas tem vezes em que elas têm que ser realmente muito rápidas. Todo mundo tem acompanhado a dificuldade que tem sido a gestão da crise.

Em 1999, houve o primeiro trabalho, um livro grande, *Águas Doces no Brasil* – um livro desta grossura –, do Prof. Aldo Rebouças, lá de São Paulo, que trazia a informação, que já nos assustou na época, de que o Distrito Federal era a terceira pior unidade da Federação em disponibilidade de água por habitante por ano. Se a gente pegar a quantidade de metros cúbicos de água que a gente tem e dividir pela quantidade de pessoas, a gente tem esse índice. E naquela época o Distrito Federal já era a terceira pior, só ganhava de Paraíba e Pernambuco, que estão na região semiárida.

E todo mundo sabe por que isso acontece. No Distrito Federal a gente está numa região de nascente, os rios são pequenininhos – já foi falado sobre isso aqui hoje –, a gente só tem “coreguinho”, não chega a ter rio. E tem uma quantidade de pessoas muito grande, crescendo de uma forma que julgo absurda. Queria ver como outros lugares do mundo que têm um sistema bom de planejamento e de cumprimento de regras e leis, como Alemanha, Japão e outros, lidam ou lidariam com uma região como o Distrito Federal, em que há um crescimento de 60, 70 mil habitantes por ano. Portanto, a gente tem aí um problema de fundo grave.

Segundo os padrões da Unesco, naquela época, em 1999, a gente tinha mais ou menos 1.600, 1.700 metros cúbicos por habitante por ano. Só que naquela época a gente tinha aproximadamente 2 milhões de pessoas, hoje a gente tem 2.800, quase 2.900, e a quantidade de água não aumentou, muito pelo contrário, diminuiu. Hoje esses valores já estão abaixo de 1000 metros cúbicos por habitante/ano. Esse é um dado do Distrito Federal que já configura, segundo a Unesco, entre 1000 e 1700, é zona de eventual risco de escassez hídrica. Abaixo de 1000, é zona de escassez hídrica, assim, classificada pela ONU. Então, a tendência é que a gente, cada vez mais, enfrente esse tipo de problema.

Eu queria lembrar também que o racionamento começou no Distrito Federal, já tinha acontecido algumas vezes de forma um pouco mais isolada, mas, ano passado, foi muito crítico o racionamento que aconteceu na área rural do Distrito Federal. Cerca de 30% da área com equipamentos para irrigação tiveram que ficar parados na Bacia do Rio Preto por conta da redução de vazão.

A gestão de recursos hídricos é feita com base em dados históricos, com base em médias, em vazões que a gente tem dentro do rio durante 80, 90% do tempo, isso está associado a uma estatística de que, em 10% do tempo, eu não teria aquela água ali para abastecer todo mundo e eu teria que fazer uma gestão. Mas,

Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	02	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	40

olha o tamanho da confusão. A gente chegou a um ponto que, de um ano para o outro, a gente teve que parar 30% dos equipamentos que utilizavam água nessa bacia. Isso, este ano, a gente está vivenciando na área urbana do Distrito Federal, na Bacia do Descoberto e também na Bacia de Santa Maria, onde está o sistema Santa Maria/Torto. Para quem não sabe, a vazão dentro do sistema Santa Maria/Torto está, mais ou menos, a metade do que costumava ser e isso de um ano para outro também, obviamente há algumas reduções, mas, agora, houve uma queda bastante brusca.

A gente tem experimento, a gente monitora algumas bacias do Distrito Federal há 20 anos. Isso porque sou pesquisador, essa é a minha base. A gente tem sessenta postos piezométricos, tem várias estações de monitoramento das chuvas e várias estações de monitoramento da vazão nos rios em determinadas áreas do Distrito Federal. Esses dados nos mostram, ao longo do tempo, que se você tem uma variação muita brusca não só na quantidade de água que precipita, que chove, mas também na forma como chove, você gera uma redução muito grande na vazão o que pode acontecer de um ano para outro. Nessas áreas não há mudança de uso do solo, a área que eu monitoro, já é agrícola há uns 30, 40 anos. Não houve mudança de uso da água, não houve mudança no solo e há anos que a vazão é a metade de um ano em relação ao outro, mesmo tendo a mesma chuva. Esses dados são muito interessantes para a gente entender um pouco do que está acontecendo e um pouco do que eu vou falar agora.

A gente tem um grupo de gestão da crise, onde participam Caesb, Adasa, nós da Embrapa, UnB. É um grupo técnico de altíssimo nível que vem tentando modelar, tentando estudar o que está acontecendo com os recursos hídricos da nossa região. Não é só aqui, não é à toa que o Lago da Serra da Mesa está vazio, não é à toa que Sobradinho está vazio, porque tudo isso depende de águas do cerrado. Em boa parte do cerrado, a gente percebe essa mudança no regime de chuvas. Existe, mais uma vez, estudos com mais de sessenta, setenta estações mostrando que o período de seca no Distrito Federal está se ampliando e gerando uma redução da vazão de uma forma generalizada. Não é um caso só do Distrito Federal.

Eu queria falar ainda do sistema de informação que é algo fundamental, que já foi citado também pela representante da Agefis, pela presidente da Agefis, de que sem dados não há muita condição. Então, a gente precisa evoluir. A Adasa tem evoluído bastante no sistema de informação, mas precisamos de um sistema de informação que nos permita tomar decisões em tempo ainda de fazermos algum tipo de gestão um pouco mais tranquila. Os modelos nos ajudam muito, mas modelos são modelos. A gente vem modelando e, todas as vezes, é o pior cenário que está acontecendo. A gente modela para daqui um mês modelar de novo. Está no pior cenário, a mesma coisa é no mês seguinte. Este mês começaram muito bem as

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	41

chuvas. Mês passado, as chuvas foram a média da metade. A gente fica contando que vai melhorar um pouquinho e nada acontece, a chuva piora. E a forma como chove – vejam que este mês só choveu nos 10 primeiros dias do mês, aí chove – não abastece o lençol freático.

Nossa água vem do lençol freático. É por isso que a gente tem água o ano todo mesmo quando não há chuva. Então, sobre isso tudo, depois, a gente pode conversar com um pouco mais de calma. Mas, uma coisa é preciso a gente refletir, as ações de curto prazo estão sendo tomadas agora, estão se apertando as medidas com o passar do tempo, e esses cenários ruins estão sempre nos perseguindo, e nós os perseguindo. Mas a gente precisa pensar que Distrito Federal a gente quer ter no futuro, porque não dá mais para a gente continuar; sessenta, setenta mil pessoas por ano e o Distrito Federal com a disponibilidade hídrica que tem. Eu não estou preocupado mais só com a chegada de água, mas com o que a gente vai fazer com o esgoto depois dessas pessoas. Se chegar toda essa água, a gente pode crescer até cinco milhões de habitantes. E aí? Vamos crescer até cinco milhões de habitantes? É isso que a gente quer dentro do Distrito Federal? Não dá! A gente já fez conta, já juntou; já fez conta e não cabe. A gente vai ter uma qualidade de vida péssima se isso acontecer.

Eu preciso concluir.

O Comitê de Bacias está aberto a discutir sobre os dados, a gente tem acompanhado todo o trabalho do governo. Não é fácil o que a Adasa e a Caesb, principalmente, estão tendo que acompanhar, e, obviamente, toda a população está tendo que se envolver nesse processo, porque é parte do problema, mas, também, é a maior parte da solução dele.

Obrigado. (Palmas.)

(Assume a Presidência a Deputada Telma Rufino.)

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Obrigada.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Adalto Santos, do Sindágua.

SR. ADALTO SANTOS – Boa tarde a todos. Nós estamos aqui falando em um momento de crise. Essa crise veio de onde? É importante a gente avaliar, entender, para não cometer os mesmos erros, como já foi falado.

E para a gente enfrentar essa crise, a gente tem que trabalhar otimizações, uso racional dos recursos hídricos. E aí nós temos três pontos para atacar: o uso racional dos recursos hídricos no corpo, no manancial onde ele é formado pelos diversos usos que eles têm, o uso racional nos sistemas de abastecimento de água que usam a quantidade significativa deles, e o uso racional da população. Então, os três pontos precisam ser atacados de maneira direta.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	42

Uma coisa que acontece no Lago Paranoá. O Lago Paranoá tem um plano de manejo, tem um plano e manejo das suas águas, e nós não temos a mesma metodologia, a mesma forma, o mesmo controle no lago do Descoberto e no lago de Santa Maria. Por que nós temos no Paranoá e não temos nos dois principais mananciais abastecedores do Distrito Federal? Há um problema de gestão. Há um problema de conflito de uso de água que não foi enfrentado ao longo do tempo.

E aí, o que acontece? Nessa questão de uso racional dos sistemas, a Caesb não tem colocado de forma emergencial questões importantes de combate à perda de água. Há ações que podem ser feitas de forma imediata com resultados significativos e que podem reduzir substancialmente as perdas.

Nós já propusemos, entregamos um documento para a empresa, para a Adasa, para eles avaliarem ações importantes para serem feitas e reduzir as perdas. A Caesb, em 21 anos, aumentou em 2.050 litros por segundo o volume de água produzido. Desses, 1.130 foram perdidos. Há como fazer ações para recuperar essa água. A Caesb também precisa apresentar estudos que apresentem os custos de implantação, operação e manutenção para uma questão de sustentabilidade da própria empresa. Nós temos que levar em conta os aspectos técnicos, econômicos, sociais e ambientais. Então, há várias questões que precisam ser feitas pela Caesb, pela Adasa e pela população. E esse é o momento que a gente tem para discutir isso e construir, gente, um pacto social onde todos contribuam para a solução do problema. Porque, se nós não fizermos isso, nós vamos caminhar para onde? Aonde nós vamos chegar nessa situação?

Então, a Adasa, a Caesb e principalmente o Governo do Distrito Federal podem, juntos com a população, construir um pacto. Muito mais importante do que o racionamento é a ação, o impacto que isso causa na população. E temos que aproveitar esse momento para construir situações que vão perdurar.

Quando aconteceu a crise da parte elétrica, muitas mudanças ocorreram. Se vocês pegarem os dados do SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, o consumo per capita de água caiu naquele período e nunca mais voltou a crescer, permaneceu num novo patamar.

Vamos aproveitar esses momentos para discutir. Vamos, Adasa; vamos, Caesb, abrir espaços para conversarmos tecnicamente e detalharmos as propostas. Elas foram entregues e até hoje não recebemos nem da Adasa nem da Caesb um retorno, um momento para nós podermos discutir propostas que foram construídas juntas com várias partes da sociedade, professores da UnB, funcionários da Caesb, então nós aproveitamos também para reiterar o pedido que nós fizemos para participarmos de discussões e construirmos juntos essas soluções, essas alternativas que vão beneficiar toda a população do Distrito Federal.

Obrigado. (Palmas.)

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	
				43	

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra ao Sr. Henrique Farias, do Sindicato dos Empregados da Caesb.

SR. HENRIQUE FARIAS. – Bom, gente, boa tarde a todos. Em virtude do horário, a gente já tem uma sessão esvaziada, mas em nome da Deputada Telma Rufino, da Promotora Marta Eliana e da Raquel Brostel, que são as mulheres da Mesa, cumprimento a todos e gostaria de colocar algumas informações, e sou representante dos trabalhadores da empresa de saneamento que, durante 24 horas por dia, estão colocando em movimentação todo o sistema de abastecimento, distribuição e tratamento do Distrito Federal para que a população não tenha maiores problemas junto a esse racionamento.

A gente coloca que não é uma questão pontual e imediata de uma crise hídrica, a gente coloca que isso já vem sendo alertado há diversos anos. Por que há diversos anos? Porque houve uma opção de governos passados de colocar como único abastecedor do Distrito Federal um manancial exclusivo, e hoje a gente não pode se basear somente num manancial exclusivo. Temos que ter diversas opções de abastecimento para a população.

Por que se fala isso? Porque há 20 anos a gente não tem nenhum investimento em ampliação de captação de água no Distrito Federal. A população cresceu 40% nesses 20 anos, a demanda por água cresceu mais 60%, e a água que a gente tem para distribuir é a mesma água de 20 anos atrás. Então, naturalmente a gente chegaria a um colapso, e o colapso chegou, então não cabe a nós aqui apontar os culpados. Nós temos que buscar soluções de forma unida, como já foi colocado aqui diversas vezes, para que a gente saia de uma forma imediata disso. Sabemos que obras, recursos, promessas governamentais ou, como foi colocado aqui, a busca de recursos federais e distritais para investimentos são questões de médio e longo prazos. Uma estação de tratamento ou de captação não é feita do dia para a noite, então, a gente coloca que soluções imediatas podem, sim, ser apresentadas para a população de forma que a gente recupere os pequenos mananciais, faça um restabelecimento de algumas captações que estão desativadas para que a gente possa ter uma solução imediata junto à população do Distrito Federal.

Então, nós nos colocamos à disposição. Como foi dito anteriormente, foi apresentado um relatório, e aguardamos uma resposta desse relatório para que possamos ter uma discussão e daí partirmos para uma solução para que a população do Distrito Federal não sofra mais. A gente já colocou, para finalizar, que hoje temos um racionamento em todo o DF e que, se isso não for discutido, se não forem apontadas soluções, podemos ter um colapso no sistema, e é justamente nisso que a gente em discussão com a sociedade não quer chegar, igual houve em São Paulo. (Palmas.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	44

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Muito obrigada.

Concedo a palavra ao Sr. Marcus Andrey, presidente do Instituto CO2 Zero.

SR. MARCUS ANDREY VASCONCELLOS – Boa tarde a todos. Agradeço e parabeno a Mesa, a Deputada Telma Rufino por essa iniciativa, e gostaria de falar, primeiro, sobre o instituto.

O instituto é o Instituto Brasileiro de Pesquisa e Gestão de Carbono, é um instituto aqui de Brasília, é uma OSCIP que nasceu em 2012 na Rio+20 por meio de um programa chamado "Pense e Compense", que está sendo implantado em todo o território nacional.

Uma das inspirações para a criação do instituto foi um conto que a minha filha escreveu quando ela tinha 10 anos de idade, que falava sobre a bolsa verde. Esse conto fala de uma menina do futuro que vivia no ano 2080. E lá no futuro a expectativa de vida das pessoas, que hoje é em torno de 73 anos, 74 anos, caiu para 25 anos, porque nós não fizemos o nosso dever de casa hoje, não recuperamos as nascentes, não recuperamos as matas ciliares, as áreas degradadas. Era o caos total! No futuro, a briga era pela água. E ela achou uma bolsa verde nos pertences da família e foi perguntar para a mãe dela o que significava aquela cor, pois já se havia perdido o referencial do verde. E a mãe dela mostrou que eram as florestas, a biodiversidade. E ela pegou aquela bolsa e colocou num túnel do tempo. A bolsa voltou na reunião do Protocolo de Kyoto, ao lado do Presidente George Bush, e ficou cutucando ele. Quando ele abriu a bolsa, tinha uma caneta. Ao pegar a caneta, ele assinou o Protocolo de Kyoto; e lá no futuro voltaram as árvores, o verde, os pássaros, os rios.

É uma metáfora e nós estamos caminhando, a passos largos, para esse mundo, infelizmente. Hoje, temos muitos estudos, pesquisas maravilhosas, cientistas, pesquisadores maravilhosos, temos vários Ph.D., temos o doutor Alarico do instituto, vários técnicos fantásticos. O que nós temos que colocar é em ação. Sair do discurso, da teoria. São muitos discursos, muitos estudos, e, realmente, efetivamente, ir para a ação.

Hoje, a própria legislação do Distrito Federal está defasada. Nós temos uma lei de dióxido de carbono de 2008. E foi uma bela iniciativa, em 2008, pensar numa legislação para medir emissões de carbono; é uma coisa fantástica. E estão estabelecidos nessa lei, que é a Lei nº 4.136, de 5 de maio de 2008, os parâmetros inclusive de compensação, definindo os lugares prioritários para efetivar essas compensações. Acontece que a lei, o mecanismo de compensação não está de acordo com o IPCC. Por exemplo, o mecanismo de compensação fala que para cada tonelada de carbono deve se plantar 25 árvores. E, pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, o IPCC da ONU, é de 5 a 7 árvores, independente do bioma, porque a regulação está exatamente nesses parâmetros.

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)		45

Então, veja, é uma lei que hoje não vamos conseguir fazê-la cumprir. O ideal é que a gente possa formar um grupo, e o instituto se coloca à disposição da Câmara, para poder discutir essa questão dessa lei. Porque a lei da compensação, ela visa produzir água porque atua efetivamente no plantio, na recuperação de nascentes, recuperação de matas ciliares. Então, é uma lei que, nesse momento, precisa ser ajustada para que realmente tenha uma efetividade. Então, o instituto pode colaborar.

Nós estamos iniciando um processo junto à APA, gostaríamos até de pedir o apoio do Ministério Público nesse sentido, buscando recursos, inclusive, do Fundo Amazônia. O instituto é um instituto ligado ao Pacto Global da ONU, e gostaríamos de deixar aqui à disposição o instituto, os técnicos do instituto, para que possamos iniciar as discussões dessa lei de gestão de carbono no Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra ao Sr. Secretário de Estado de Agricultura do Distrito Federal, José Guilherme Tollstadius Leal.

SR. JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL – Boa tarde, quase boa noite. Parabêniz a Deputada Telma Rufino e junto com ela o Deputado Joe Valle e o Deputado Chico Leite pela realização desta comissão geral.

Eu vou concentrar muito aqui, em função do tempo, na questão da área rural, gente. O debate é muito amplo então vou concentrar na questão da área rural.

Primeiro, os produtores e a área rural, temos que entender que são parte da solução e não o problema. Por que isso? O Jorge falou aqui muito rápido. Onde nós temos que guardar água é no solo! Nós tínhamos cinco meses sem chuva, temos seis meses sem chuva, estamos indo para sete meses sem chuva. Não conseguimos ver, mas precisamos entender que a água tem de ir para o solo. É o solo que vai abastecer nossas nascentes, é o solo que vai abastecer os cursos d'água, e é o solo que vai fazer com que a água chegue aos reservatórios. Na área rural, os produtores têm essa função. Além da função nobre da produção de alimentos, eles também têm a função de dar essa proteção ambiental. Esse é um primeiro ponto de partida.

Nós trabalhamos nessa situação de crise, e eu vou falar basicamente da Bacia do Descoberto. Amanhã vamos conversar com os produtores sobre a Bacia do Rio Preto, porque há problema lá também, está ficando sem água para irrigação, para produção, mas não chega na sociedade porque não está faltando na torneira. A gente não usa aquela água de lá para abastecer a torneira, mas é uma situação séria.

Eu vou me concentrar muito na situação do Descoberto. Nós estamos falando de uma bacia, de uma região que produz – um colega falou aqui em 30% da

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	46

produção, mas não – mais de 40% de hortaliças e frutas do Distrito Federal e em 7.500 postos de trabalho. Há um número considerável de irrigantes, muito concentrado em pequenos produtores, na agricultura familiar. Há toda uma situação econômica, sim, mas também social envolvida, que precisa ser tratada. Boa parte de um grupo de produtores já vem dando a sua contribuição desde o período seco, com a redução da área irrigada. Esse é o panorama.

Fomos conversar primeiro com o grupo de produtores. Depois desenvolvemos algumas medidas para apoiar nessa situação de crise, pensando no curto prazo, mas também na oportunidade de reestruturar inclusive todo o sistema de produção na Bacia do Descoberto. Essas medidas foram anunciadas há um mês, exatamente no dia 23 de janeiro. Está fazendo um mês. Vou contar o que nós anunciamos e o que está sendo feito em termos práticos. Falou-se aqui na questão prática.

A campanha de sensibilização dos produtores sobre o uso eficiente de água tem dado resultado. Todos os produtores daquela região já estavam engajados, mas hoje há um engajamento maior nessa questão do uso melhor da água. Esse é um primeiro ponto. Estamos fazendo um trabalho – a Emater já está em campo com os produtores – de manejo de irrigação: trabalhar melhor para irrigar corretamente. A gente pode ter uma economia muito grande de água com o manejo de irrigação, e esse trabalho já está em andamento junto com os produtores. A Embrapa está colaborando na capacitação e nas metodologias.

Temos um trabalho programado para substituição de sistemas de irrigação. Quando nós lançamos o plano, estávamos falando de 1.770 hectares de irrigação por aspersão. Agora se fez o senso, e temos na verdade quase 1.500 hectares de irrigação por aspersão lá. É possível substituir uma parte desse sistema por outros mais eficientes. Para isso, precisamos dar condições para que o agricultor possa fazer a troca do sistema de aspersão por um de gotejamento ou de microaspersão.

Deputado, nós já vamos falar que iremos enviar à Câmara um projeto de lei alterando nosso pedido à Lei do Fundo de Desenvolvimento Rural, de maneira que possamos dar rebate aos agricultores daquela região para que eles possam fazer essa troca de sistema.

Além disso, há um trabalho para reduzir a perda da água que o agricultor está captando. Como ocorre essa perda de água? Naquela região, sete canais de irrigação foram feitos à época, e escavados em terra. A gente sabe, já foi medido, a Embrapa ajudou, isso perde água desde a captação, até chegar à propriedade. Há um canal grande, que é o Canal dos Rodeador, e seis canais de pequeno e médio porte. Já iniciamos esse trabalho em dois desses canais: o do Guariroba, e hoje foi iniciado o do Cristal. Estamos programando para fazer todos os seis canais, e buscando recursos para fazer a obra do Canal do Rodeador. A Adasa já licitou o

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
23 02 2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	47	

projeto executivo. Com isso, a gente conseguiria, Deputado, uma redução também grande da perda, sem prejudicar os agricultores.

Estamos incentivando o revestimento dos reservatórios nas propriedades dos agricultores. Nós vamos dar o serviço mecanizado. O agricultor entra com a lona, e a Emater entra com a assistência técnica, para fazer um trabalho de revestimento dos reservatórios e evitar perda de água na infiltração do reservatório que os agricultores têm.

Falou-se muito aqui das nascentes das APPs. Nosso mapeamento indica que temos 224 nascentes nas três unidades hidrográficas. Possivelmente, quando aprofundarmos esse trabalho, vamos encontrar mais, mas o planejamento do governo – não só o planejamento da Secretaria de Agricultura, mas do governo – é fazer, junto com os agricultores, a proteção de todas essas nascentes: ou seja, revegetar onde precisar revegetar, fazer o cercamento onde couber cercamento, para que a gente tenha o trabalho de proteção de todas essas nascentes.

Eu falei muito rápido. Nesse conjunto de medidas, nós estamos tendo uma parceria muito grande com os produtores da região, mas para isso é necessário que eles continuem produzindo. É necessário que eles tenham a perspectiva de renda, porque só vai fazer a troca do sistema de irrigação quem tiver a perspectiva de que, naquela propriedade onde está, ele vai ter vida longa. Se ele tiver a perspectiva de que não terá mais água, que ali não é um local indicado para produzir – a gente espera que isso não ocorra –, isso poderá desestruturar o sistema e poderemos ter problema na adesão dos produtores a essas medidas propostas. Aí, sim, como já foi falado, será presa fácil para o parcelamento irregular.

Essa medida do controle da fiscalização, que foi falada aqui, é fundamental para a região do Descoberto. É fundamental! Não podemos deixar que as chácaras que estão lá, que as unidades de produção virem cidades, virem condomínios. Isso ocorreu. Quem conhece lá, sabe que isso ocorreu na Chapadinha, já ocorreu na região da Cascalheira, já ocorreu perto do Incra 8. Infelizmente, onde for necessário reverter para uma situação anterior, que é retomar o planejamento, o governo irá nessa linha e terá que fazer, porque acho que é a medida correta, apesar de sabermos que há um custo político e social envolvido.

De novo, eu só queria reforçar que é muito importante ter um olhar diferenciado para a área rural. A agricultura consome água, sim, mas aqui em Brasília o maior consumidor de água é a população urbana. O maior consumidor de água na Bacia do Descoberto – o Jorge estava conversando sobre os números –, entre 25% e 30% vão para a agricultura, mas o resto da captação é para consumo urbano, para abastecimento humano, para uso comercial. É possível que a gente consiga organizar o consumo de todos.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	48

Entendemos que estamos em um momento sério de crise, muito difícil para passar até o próximo período da chuva, mas temos que aproveitar, como já foi dito aqui, esse momento de crise para dar uma reestruturada. A área rural está dando, vai dar essa contribuição, mudando, no que for possível, o sistema de produção, caminhando ainda mais para o uso eficiente de água. Esperamos que isso ocorra com toda a sociedade do Distrito Federal: no meio urbano, no uso industrial, no uso comercial. Todos precisam trabalhar nessa direção.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Obrigado, Secretário José Guilherme. Nós temos essa consciência, o produtor rural é nosso aliado. O nosso adversário é o grileiro de terra. Essa diferença está muito clara na nossa luta aqui.

Concedo a palavra à Dra. Raquel Brostel, assessora de meio ambiente e recursos hídricos, que aqui representa a Caesb.

SRA. RAQUEL BROSTEL – Boa noite a todos. Agradeço o convite em nome do Presidente Maurício, que ficou impossibilitado de vir, conforme o Gustavo já comentou. Ele estava com o Governador tratando de negociações de financiamento – exatamente para nossos investimentos em sistema de água – junto à Caixa.

Também quero parabenizar a Casa pela oportunidade dessa discussão, que é de extrema importância, porque a gente tem que levar essa informação ao máximo possível de pessoas, em todos os níveis, e levar com qualidade. Espero que essa reunião nos dê a oportunidade de trazer informações e que todos aqui presentes se desdobrem para passar as informações e colocá-las no seu dia a dia e nos seus locais de trabalho.

São muitos temas, por isso vou falar rapidamente sobre a questão. Do ponto de vista hidrológico, é importante a gente saber o seguinte: No ano passado, a gente estava no nosso segundo ano seco. Dois mil e quinze foi um ano com pouca chuva; 2016, também. Nós ficávamos pensando lá com a nossa série hidrológica de quarenta anos: “olha, a gente não deve ter um outro ano seco, mas pode até acontecer”. E aconteceu. Está acontecendo.

A gente tem uma média de 1500 milímetros, mais ou menos, e, até hoje, a Bacia do Descoberto está com 830 milímetros. Nós tivemos, mais ou menos, a metade da precipitação nesse período chuvoso.

É muito importante que a gente saiba que a crise existe sob vários enfoques, mas existe a falta de chuva que a gente não pode negar. Vou me remeter a algumas questões. O Deputado Bispo Renato Andrade colocou o seguinte: “chove para caramba”. É muito perigoso a gente replicar aqui o “chove para caramba”, pois não está chovendo este ano, não choveu ano passado, não está chovendo com a distribuição que é necessária e nos locais necessários. Choveu para caramba lá no

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
23 02 2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	49	

norte, no Pípiripau. Choveu quase o dobro, mas não na Bacia do Descoberto, e menos ainda na de Santa Maria, em que foi menor ainda o índice.

Há essas incertezas todas. Como o professor Koide disse, quando a gente vê as probabilidades que o Inmet – Instituto Nacional de Meteorologia – menciona, elas são de 30%, 40%. Então, a gente não tem precisão realmente do que pode acontecer. A gente tem que trabalhar com segurança, e o cenário de segurança para os lagos – a gente viu, por exemplo, o que o coronel mencionou aqui – é um cenário crítico. Ele pode acontecer? Pode. Então, estamos trabalhando num cenário de risco. Este é o cenário, e temos que atuar com ações nesse sentido porque ele pode acontecer.

A gente não espera que aconteça, mas, se acontecer, a Caesb – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – está tomando as ações emergenciais, nesse sentido, junto à Defesa Civil, ao Ministério da Integração com essa busca de recursos de 55 milhões para investir, em caráter emergencial, numa captação ali no braço do Torto, no Lago Paranoá. Embora fique aqui no lago Paranoá, ela vai reforçar o abastecimento do Sistema Descoberto em 700 litros por segundo. Essa seria a obra de caráter emergencial.

Ainda há obras no sistema de distribuição, que seriam uma estação elevatória que vai permitir essa interligação do sistema Santa Maria-Torto para o Descoberto, porque essa adutora reversível não é reversível há mais de trinta anos. Então, vamos fazer essa obra em caráter emergencial com essa reversão para atender à região do Guará I, Guará II, Núcleo Bandeirante, Arniquireiras. A perspectiva é de se fazer essa obra emergencial.

Outras obras, também em caráter emergencial, são essas pequenas captações da região do Gama. A gente vai conseguir de 200 a 300 litros por segundo, e elas vão reforçar o Sistema Descoberto. Essas obras também já estão perto de serem licitadas. Provavelmente, em março, a gente já tenha esse edital na rua, em caráter emergencial, como pregão mesmo. Assim, a gente vai licitar o que for possível de caráter emergencial. Com essas duas obras que esperamos entrar em operação ainda este ano, nós teremos os 700 mais 300, em torno de 900 a 1000 litros por segundo, como aumento de produção, que é o que precisamos, aumento de produção nesse momento.

A outra obra, que já é estruturante e que está em execução, é a obra do Bananal. São de 600 a 700 litros por segundo que ela outorga sazonalmente. Nossa perspectiva é novembro, mas a gente está trabalhando para tentar antecipar essa obra até setembro, se possível. A gente está trabalhando duro para isso. Todo mundo dentro da Caesb está com esse senso de urgência para que venha essa nova produção de água.

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
			Data	Horário Início	Sessão/Reunião	
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)		50

E a questão que a Rosane coloca, esse senso de oportunidade; então, estamos vendo, dentro da companhia, que, de fato, tínhamos um enfoque nos grandes sistemas. Precisamos dos grandes sistemas. Não podemos falar só em pequenos mananciais. Uma captação de 300 litros, por exemplo, dessa da região do Gama, do Crispim, é de extrema importância, é uma oportunidade porque hoje estamos olhando para eles e vamos utilizar essa disponibilidade hídrica. A sociedade vai se dar muito mais conta da importância de estar se preservando as APMs – Áreas de Proteção de Mananciais. A APM Ponte de Terra já está cheia de condomínio lá em cima. A gente vive fazendo cartinha para tudo quanto é órgão. Enfim, agora a comunidade local vai receber água daquela região.

Isso tudo muda um pouco a ótica da própria população de saber que aquela nascente, aquele manancial, o Crispim que já está em operação, que são 40 litros, está abastecendo ali. Ele é vizinho daquela nascente, bebe aquela água.

Dentro da companhia, estamos vendo essa resposta que é bem importante. Hoje estamos tendo esse enfoque de usar os pequenos mananciais, mas não desprezando, em hipótese nenhuma, as soluções estruturantes, como o Corumbá. A perspectiva da Caesb é, no segundo semestre de 2018, concluir essa obra. Estamos trabalhando firme para conseguirmos concluir essa obra em 2018 – mais ou menos no segundo semestre.

Também estamos em conversa com a Saneago para ver se podemos colaborar com alguma coisa. Eles sabem da urgência daqui, da nossa necessidade de conseguir os 1400 litros por segundo. Essa é a nossa perspectiva: 1400 para nós e 1400 para eles. Então, é de extrema importância essa obra. Que venha o ano que vem para darmos realmente essa segurança hídrica à população.

Falando um pouquinho da questão das perdas, de fato, nós historicamente já atingimos, há 20 anos, o menor índice de perdas do Brasil entre as companhias de saneamento. Isso significa cerca de 20%, 21%, 22%. Mas isso foi gradativamente aumentando, e esse aumento não é orgulho. É claro que ainda conseguimos ficar abaixo da média nacional, que é ruim, é péssima. Não podemos ter essa referência. Não queremos perder. Isso é perda para a companhia, isso é gestão da empresa.

Hoje estamos com um programa de perdas que envolve recursos da ordem de 130 milhões. Já está em implantação, já estamos fazendo obras de setorização em várias regiões aqui do Distrito Federal. Porém, esse número de perdas não abaixa rápido. São investimentos que tem que ser feitos em caráter contínuo, todos os anos, a vida inteira, porque as redes vão ficando velhas, e precisamos fazer setorização, precisamos fazer substituição de redes, instalar válvulas.

Além das perdas, sobretudo precisamos combater a ocupação de uso irregular. O uso irregular, infelizmente, está roubando a nossa água em várias áreas. Um exemplo que muita gente conhece é o Morro da Cruz. Lá tem área que é

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	51

abastecida legalmente e tem a área de invasão, que pelos roubos prejudica a área abastecida regular, aquela que recebemos para dispor o serviço. Então, precisamos avançar nessas questões, como a Bruna colocou, das ocupações irregulares em toda a área do Distrito Federal; nas áreas urbanas que a gente vê aqui, por causa das perdas, mas também na Bacia do Descoberto. No Descoberto, essa vocação agrícola, é fundamental que a gente internalize isso e tome todas as ações possíveis.

A questão da otimização do uso da água, acho que isso é, novamente, o senso de oportunidade que essa crise hídrica vem trazer. Então, a gente está conseguindo recursos, conseguindo o olhar de todo o governo e de ONGs para a Bacia do Descoberto para que a gente diminua as perdas, pois aquela água é muito preciosa. A gente tem que saber que a Caesb tem uma capacidade instalada de seis metros cúbicos por segundo, tem a outorga de seis metros cúbicos por segundo, e isso é importante para a população.

Vamos conseguir essa água? Quem sabe a gente vai conseguir otimizar e fazer esse uso. Isto é o papel da Adasa e da ANA: conseguir que a gente tenha documentos e planos, que a gente, de fato, consolide, de uma forma criteriosa, os usos da água na bacia. Não só consolide no papel, mas depois a gente consiga implementar isso no campo, como monitoramento, como fiscalização. Acho que a gente tem muito que avançar, avançar nesse sentido mesmo de saber usar a nossa pouca água disponível, como o Jorge colocou aqui: cada vez menos, porque a população só está aumentando.

As questões de medida de redução... Porque a gente está falando de ampliação de oferta, que é extremamente importante. Eu não falei do Paranoá. Desculpem-me. Faltou a obra do Paranoá, porque ela é de ciência de quase todo mundo aqui. Porque não veio?

Quanto ao planejamento na companhia, tem obras planejadas até o Corumbá. Ele começou em 2011 – acabei de confirmar aqui. O Paranoá, a gente está trabalhando no processo de licenciamento, acho que desde 2006, 2007. Conseguimos a LI em 31 de dezembro de 2015. Eu até guardo essa data. Enfim, ele foi submetido a um estudo de impacto ambiental – eu não sei se o rapaz aqui perguntou sobre isso. A gente fez as análises de micropoluentes emergentes, que são os fármacos, que são os hormônios. As concentrações são de caráter insignificantes. Nesse momento, a gente não tem preocupação ainda em relação a esse tipo de produto na água. Isso foi analisado no âmbito da audiência pública. Então, essas preocupações não existem no momento. A gente vai continuar monitorando, porque é papel nosso monitorar a qualidade da água dos mananciais.

O Paranoá é uma obra estruturante. A questão dos recursos, de fato, foram tardios. Agora, remetendo um pouco ao que o meu colega da Caesb falou, esses investimentos, a gente planeja, mas, de repente, não vêm. O Paranoá teve duas

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	52

licitações desertas. O nosso projeto do Paranoá demorou para sair. Enfim, por que não fizemos isso antes?

Existe uma questão em que a gente tem que estar... a ação em si tem que ser mais ágil. Às vezes, nós, como empregados – estou falando como empregada de vinte e cinco anos –, talvez tenhamos que ter um papel também, como a Dr. Marta colocou. Qual é o nosso papel? Chegar para as gestões da empresa que são passageiras ou nós aqui, sociedade e Câmara... Vamos pressionar, porque a gente tem o planejamento e precisamos cumprir o planejamento. Ah, faltou recursos? Para o Bananal, faltou recurso. Nós temos o projeto do Bananal há cinco, seis anos, e até hoje não temos o recurso aprovado no Banco do Brasil. A Caesb está bancando com recursos próprios o Paranoá.

Então, são uma série de dificuldades a serem vencidas. Não é só gestão, é uma questão de obtenção de recurso. E não é falta de correr atrás de recursos, porque, como o Dr. Gustavo falou, nós temos um bilhão e duzentos em recursos junto ao Governo Federal, do PAC: PAC 1, PAC 2 e PAC 3. Em todos eles, nós tivemos obras.

Estamos fazendo, mas temos que fazer mais e mais rápido. O que estamos vendo é que temos que fazer isso e correr atrás, e estamos correndo. Acho que estamos fazendo todas as obras. As licitações do Paranoá estão prontas. Se conseguirmos o recurso do Paranoá agora nessa negociação com o Governo Federal, temos condições de começar imediatamente, porque as licitações estão prontas. Então, a gente espera conseguir avançar com essa obra, que é de caráter estruturante e são mais 2.100 litros por segundo. Se a gente pensar 2.100 do Paranoá mais 1.400 do Corumbá e 600 do Bananal, a gente consegue aí os nossos 4.000 litros por segundo, mais ou menos. É o que temos de perspectiva para os nossos 4 milhões de habitantes previstos em 2040.

Quanto às ações da Caesb, uma pessoa perguntou sobre ação social. A gente trabalha em inúmeras ações. Nós temos ações inúmeras com a Secretaria do Meio Ambiente: Projeto Descoberto Coberto, Projeto Produtor de Água, Aliança pelo Cerrado, Atividade de Educação Ambiental, Preserva Brazilândia. A gente não consegue nem ficar elencando. Então, a Caesb trabalha especificamente na área em que eu atuo: área de meio ambiente e recursos hídricos. A gente tem inúmeras atividades junto com todas as instituições que atuam nas áreas similares de monitoramento de recursos hídricos, monitoramento de uso e ocupação do solo.

Quanto às discussões desses empreendimentos, já também para o outro colega da Caesb, é importante falar que muitas instituições, inclusive o Sindágua, outras pessoas já fizeram propostas sobre o que podemos fazer como soluções. A Caesb está trabalhando nas soluções. As soluções estão sendo desenvolvidas pela área de engenharia da companhia. Muitas das soluções que recebemos das

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	53

instituições, até comentadas em outros âmbitos também, na reunião do CRH, são soluções evidentes, já estão sendo priorizadas e colocadas. Outras, a gente vai ter oportunidade de discutir.

O Deputado Joe Valle comentou no início sobre a questão de descontinuidade. Qual o nosso problema aqui? Descontinuidade de recursos. Eu acho que isso é uma questão fundamental para a gente olhar. Se temos que ter ação, precisamos de recursos, e esses recursos precisam ter essa continuidade. Então, acho que é fundamental a gente pensar nisso, é fundamental a gente ter esse governo priorizando os recursos e as ações de saneamento, que, desde 2015, foram priorizadas: o Corumbá foi reiniciado; o Bananal, a gente está começando; e o Paranoá também foi priorizado.

Foram priorizadas ações de uso irregular. Eu acho que esse enfoque é importantíssimo. A gente precisa saber que ocupação irregular teve um avanço nesses últimos dois anos. Isso era uma luta, uma bandeira sozinha da área de meio ambiente muitas vezes e da área da Secretaria de Meio Ambiente. Então, eram bandeiras isoladas. Então, essa é uma bandeira do governo que a gente tem que valorizar.

Acho que a gente tem que avançar muito na questão dos recursos hídricos com esses planos. Isso é um objetivo junto com o comitê, o Plano de Bacia. Conhecer muito mais as ações aqui no âmbito não só do Descoberto mas aí já pensando no Paranoá também futuramente. Então, a gente tem muito o que avançar nas nossas questões de recursos hídricos e equacionamento da nossa pouca água.

Estou à disposição. Desculpem o tempo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Muito obrigado, Dra. Raquel.

Eu quero agora passar a palavra ao nosso professor Paulo Salles, que é o Presidente da Adasa.

SR PAULO SALLES – Muito obrigado pela oportunidade de participar desta comissão geral. Eu gostaria de saudar todos os presentes e todos os membros da Mesa, mesmo os que estão ausentes, na pessoa do nosso Deputado Chico Leite. Essas oportunidades são muito boas sob diversos aspectos. Primeiro, é uma oportunidade para ouvirmos as pessoas da comunidade e da sociedade, externando suas críticas e seus entendimentos a respeito da situação. Também é uma grande oportunidade para ouvirmos os colegas da Mesa, aprender com eles de diversas formas, do ponto de vista científico, como ao ouvir o Jorge, e também do ponto de vista da sensibilidade, que a Promotora Marta sempre demonstra com relação aos problemas da sociedade e aos problemas ambientais, vendo os problemas localizados que muitas vezes não percebemos, como os que José Guilherme citou. Enfim, é um momento muito rico esse que estamos atravessando.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)		54

Olho sempre as coisas que já fiz nessa caminhada, e é interessante ver a progressão. Não nos não adianta querer trazer a mesma conversa, porque a conversa vai mudando, mesmo. O que estamos vivendo agora é um outro momento, diferente dos anteriores, naturalmente, e percebemos a evolução que estamos enfrentando. Estamos aqui com quase um ano de discussões a respeito dessa situação, tivemos muitas discussões a respeito da questão das chuvas, e os que me antecederam lembraram que elas não caem de maneira homogênea sobre o território. Infelizmente, embora tenhamos metade da média, o que choveu na área do Descoberto e na área de Santa Maria foi bem menor do que o que choveu no Pípiripau. É muito bom que isso tenha acontecido para o lado de Planaltina, mas, para o nosso lado, as coisas não vão bem. Sabemos também que aquela área do PAD-DF também não foi tão bem aquinhoadada como foi a área do Pípiripau, e o resultado nos lembra que, em abril do ano passado, logo depois do término das chuvas, já começamos um trabalho no PAD-DF que permitiu uma alocação negociada. Colocar mais água no sistema é difícil, mas garantir que essa água seja igualmente distribuída é essencial. E foi o que aconteceu. Depois tivemos um momento em que estabelecemos os gatilhos: estado de atenção, estado de alerta, estado de restrição de uso. Isso aconteceu entre julho e agosto do ano passado, e chegamos de fato ao que a Adasa esperava que iria acontecer: na casa dos 20% do reservatório.

A questão mais complicada se coloca a partir daí, porque desde lá choveu e a água se infiltrou no solo. Vimos que novembro foi um mês muito chuvoso, mas, a partir da metade de dezembro, praticamente parou de chover e a chuva só retornou em janeiro. Em fevereiro, tivemos duas semanas muito ricas e os reservatórios cresceram razoavelmente bem. O reservatório do Descoberto cresce muito mais rapidamente do que o do Santa Maria, mas os dois apresentaram um crescimento expressivo. Aí, de repente, já faz uns dez dias que não temos chuva de novo; estamos de novo em um veranico de fevereiro. São coisas que realmente nos deixam muito preocupados e que fogem ao nosso controle. Então, a tarefa no sentido de evitar aquele cenário que o coronel da Defesa Civil mencionou é de todos nós. Nós também pensamos no pior cenário. Eu, como cientista, fui educado para olhar sempre para o pior cenário, mas isso não significa que eu me deixe levar por isso, porque, como a Raquel acabou de mencionar, existe a gestão, existem as medidas que podemos tomar para reduzir o consumo e aproveitar ao máximo a água que está disponível. E isso certamente vem sendo feito no trabalho que a Caesb tem desenvolvido, naturalmente, e nas ações que a Adasa vem desenvolvendo junto com o Comitê de Acompanhamento que foi criado naquela ocasião, em julho, e que continua se reunindo periodicamente, dando-nos apoio nas resoluções que se vêm tomando. As mais recentes são as duas que tratam da restrição de uso no Descoberto e no Santa Maria/Torto.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	55

É uma grande oportunidade para a gente aprender mais sobre o Santa Maria/Torto. Curioso, eu fui procurar os estudos existentes sobre o Santa Maria. São muito poucos, na verdade. É muito difícil encontrar. Ele não é um reservatório tão bem estudado, tão bem conhecido, a não ser, claro, pela Caesb, que opera aquela região, e é largamente confundido, em termos de funcionamento, com o reservatório do Descoberto. Enquanto o Descoberto enche e esvazia todo ano, o reservatório do Santa Maria tem um ciclo muito diferente. Ele tem uma área de drenagem que é quatro vezes menor do que aquela Bacia do Descoberto e um reservatório que é quase do mesmo tamanho em termos de volume. Isso significa que encher aquele reservatório custa muito mais do que aquele que há no Descoberto. Aí, a gente vê algumas coisas também como oportunidade de comparação. Ali não tem agricultura, no entanto, a gente está vendo também o reservatório sofrendo e sendo usado, como sempre foi nessa parceria Santa Maria/Torto, como forma de abastecer uma parte da cidade.

É difícil para as pessoas entenderem isso – mesmo para os técnicos, a coisa não é tão clara –, mas tem uma água que corre continuamente, que é a do Torto, e outra que está reservada. Dessa que corre, não tem como ficar fazendo racionamento. Acho que seria um crime racionar a água, se ela está correndo, indo para o lago, e deixar a população sem abastecimento. Isso não poderia ser aceitável. Mas, com relação àquela água do reservatório, aí, sim, principalmente porque estamos vendo – como eu disse – os reservatórios nos níveis mais baixos do ponto de vista histórico, e a situação deles demora muito para se recuperar. Então, esses, sim, merecem a nossa atenção e os nossos cuidados – digamos assim – bastante dedicados.

A Adasa está participando também do esforço para conseguir esses recursos que o Ministério da Integração pode vir a nos dar, a nos oferecer para essa situação, e a gente percebe nitidamente que é muito delicado esse equilíbrio entre o uso dos dois reservatórios. Na realidade, a gente tem que tomar muito cuidado para garantir que se aproveite ao máximo aquilo que é renovado anualmente e se consiga usar com muita racionalidade aquilo que leva, às vezes, até quatro anos para ser recuperado.

Nós, então, estamos diante de uma realidade. Acho que todo mundo já se acostumou com essa rotina. Infelizmente, a Adasa não determina racionamento. Ela determina quantidade de vazão a ser usada pela Caesb, e a Caesb, como empresa competente que é, saberá fazer sempre a melhor gestão, com os próprios recursos da sua operacionalização, para chegar a cumprir aquilo que foi estabelecido como meta – no caso, 3.500 metros por segundo na área do Descoberto e 500 litros por segundo na área de Santa Maria.

Como isso vai ser feito? Bom, chegamos ao racionamento no Plano. A Dra. Marta, inclusive, havia mandado uma recomendação para nós – que olhamos

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)		56

também com cuidado –, mas, com certeza, ela veio por vários fatores, como foi conversado aqui, inclusive com as suas preocupações levadas a sério. Não resta dúvida disso.

Temos outras resoluções em andamento, que mostram, digamos assim, aspectos dessa situação que estamos atravessando. Por exemplo, existe uma resolução sobre o uso da água potável. A Caesb é uma empresa de saneamento regulada pela Adasa, mas a Adasa não regula a ação das pessoas que estão recebendo água da Caesb. Por isso, tem gente que põe água na piscina, tem gente que lava carro, tem gente que lava calçada e, naturalmente, essa situação não pode perdurar.

Então, nós estamos aqui, Deputado Chico Leite, colocando em comissão geral uma resolução em que essas ações serão proibidas, inclusive o enchimento de piscinas. As pessoas se preocuparam com isso muito corretamente. Realmente é um desperdício, é uma coisa inaceitável, em uma sociedade tão desigual como a nossa, que a água potável sirva para encher piscinas. A partir de agora, teremos também, naturalmente associada a uma multa, uma penalidade de advertência para quem for, digamos assim, flagrado descumprindo essas normas.

Temos ainda uma outra resolução, em andamento, sobre o uso da tarifa de contingência, que vem sendo acumulada, não foi usada. E é importante também que a gente entenda que as pessoas, por exemplo, começaram a pagar uma tarifa de contingência no final ano passado, mas, muitas vezes, esses recursos ainda não chegaram a se tornar recursos financeiros disponíveis na conta que foi criada para isso. Existe todo um trâmite que começa com a cobrança pela Caesb, e isso leva, provavelmente, uns dois meses até se tornar efetivamente dinheiro à disposição. De qualquer forma, as bases para esses usos dos recursos já estavam delineadas desde as resoluções anteriores, e os recursos eram usados sempre em prol da comunidade, sempre em prol de obras públicas e sempre em prol do bem comum. Não vai ficar nem para a Caesb, muito menos para a Adasa ou para o governo.

Existem outras ações em andamento também agora, e o José Guilherme já sabe, com relação ao uso da água pelos irrigantes. Nós temos ido lá, temos respeitado, temos feito estudos, temos atendido a todas as necessidades. E compreendemos – Rosany, você sabe muito bem disso – a importância de não sufocar os agricultores. O que nós vamos fazer, sim, atendendo até a uma demanda do pessoal da agricultura de lá, é intensificar e muito a fiscalização sobre o uso ilegal e irregular da água naquela bacia e no resto do território também.

Nesse sentido, a Adasa se reuniu ontem, depois de outras reuniões prévias, com os diretores da ANA — Agência Nacional de Águas e com o secretário da SECIMA — Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos do Estado de Goiás, para uma ação conjunta. E ali

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	57

nasceram muitas ideias e muitas propostas, inclusive, de como a gente vai agir para disciplinar um pouco mais o uso a partir do mês de março, que já é um mês muito avançado dentro do nosso período chuvoso. Então, nós teremos, inclusive, ações de fiscalização conjuntas.

Uma coisa que é muito importante para isso é que a Adasa está passando por um processo de modernização tecnológica que vai ser muito importante para toda a sociedade e para todo o trabalho que a gente desenvolve ali. Nós começamos tentando saber quem usava água, quantas pessoas usavam água. Depois tentamos aprender quanto de água estava sendo usada. Agora nós estamos tentando mapear onde essa água está sendo usada, e, agora, finalmente, está surgindo a oportunidade de integrar todos esses conhecimentos, com o apoio da tecnologia de informação e comunicação, de uma forma que vai nos dar muito mais agilidade para tomar as nossas atividades.

Enfim, de acordo com isso, vamos intensificar a comunicação lá dentro entre as pessoas, inclusive, com relação ao uso dos hidrômetros para podermos mensurar e receber os dados rapidamente por intermédio desses aplicativos. Com isso, vamos naturalmente melhorar a condição de gestão da bacia.

Com relação às campanhas educativas, a maior campanha educativa tem sido feita pela mídia. A mídia tem sido muito parceira nisso, temos que reconhecer que as matérias produzidas são, em geral, de alto nível, de alta qualidade e trazem informação muito boa que nos ajuda muito para difundir uma nova cultura sobre o uso da água. Mas nós temos também algumas campanhas que estão sendo preparadas como, por exemplo, um programa de educação científica e ambiental sobre a água, cujo objetivo é exatamente fazer que as pessoas compreendam a situação para então, sim, conscientemente, mudarem de atitudes e de comportamento. É um assunto que a gente vai tratar posteriormente e que também está associado ao Fórum Mundial da Água, que está cada vez mais perto e que é uma outra grande oportunidade para nós. Nós teremos um comitê gestor criado por decreto do Governador e um comitê executivo para tomar conta dessas coisas, e acredito que ainda no mês de março já estaremos na rua com esse programa.

Finalmente, eu gostaria de dizer que a nossa visão da situação no presente momento é a seguinte: a única certeza que nós temos é que, dentro de pouco tempo, de uns dois meses, digamos, não teremos mais chuva. Ou seja, tudo o que nós pudermos poupar agora deve ser poupado porque vem pela frente uma longa travessia, uma travessia de seis meses de seca, e aquilo que tivermos poupado vai ser o que teremos para usar, isso é o que é seguro. Estamos lutando para ter o lago como mais uma fonte, foi mencionado aqui o Bananal, as pequenas captações, tudo o que vier é bom, nada vai sobrar. E, se sobrar, não vai sobrar porque guardamos na terra, deixamos ficar lá dentro da terra, é bom para nós no futuro.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	58

Então, temos isso como visão e como meta, e é para isso que nós vamos usar a nossa capacidade regulatória. Mesmo que seja para fazer alguns sacrifícios agora, é melhor que o façamos enquanto a chuva está caindo. Depois que a chuva passar, aí os sacrifícios serão o necessário para que possamos enfrentar isso.

E, finalmente, a questão que sempre buscamos trazer, comunicar e praticar: serenidade acima de tudo. Precisamos nos manter serenos, precisamos nos manter unidos, precisamos manter um objetivo comum e um trabalho comum em prol disso. Foi citada aqui, pelo menos pelo Gustavo, a situação de Minas, a situação de São Paulo, e, passados três anos, dois anos de crise, vemos que eles estão de volta à normalidade, digamos. Situações como a do Nordeste, do semiárido, são bem mais graves e bem mais pesadas, ali já são seis anos de falta de água, mas é outro clima. Portanto, em relação à nossa realidade, esperamos também que passe num prazo que ninguém aqui é capaz de prever, mas passará, atravessaremos essa situação e nos lembraremos sempre disso com as nossas novas ações, com a nova cultura de água.

Só agradeço mais uma vez a oportunidade. A Adasa está sempre à disposição da sociedade. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Muito obrigado ao professor Paulo Salles.

Essa não é a primeira e certamente é uma das audiências que fazemos para debater a crise hídrica. O debate é importante, porque sempre surge alguma ideia nova, algum ponto que nós questionamos outrora aparentemente consolidado.

Ao longo deste debate, vimos claramente a posição de fragilidade dos produtores rurais, o problema grave da grilagem de terra no Distrito Federal, buscamos alternativas. Vamos fazer mais debates a respeito do tema. Todos nós temos responsabilidade, o momento não é de apontar esse ou aquele como culpado, mas de todos assumirmos a responsabilidade pela solução dos problemas porque as consequências pesam sobre todos nós, como de hábito, sobre aqueles que mais precisam, é assim sempre.

O que me soa muito claro é que é muito importante elevar a eficiência da Caesb, perdermos menos água, termos a possibilidade de maior fiscalização. É fundamental que economizemos. Quem sabe usar não tem a falta. É fundamental que busquemos outras formas de captação, valorizemos todos que trabalham na área. Mas, se nós não atentarmos para as causas, vamos nos renovar em épocas de dificuldades, como já tivemos, e cada vez maiores.

Uma coisa é certa: o recurso água é finito. Nós precisamos, então, nos voltar às alternativas para as causas do problema, e precisaremos evidentemente desgozar, contrariar interesses. Não adianta buscarmos apenas formas de captação

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	02	2017	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	59

se deixamos que a grilagem de terra e o parcelamento irregular do solo continuem a prosperar. Ou nós assumimos essa luta e compreendemos que o grileiro de terra é um criminoso lesa-pátria, ele e seus comparsas, todos aqueles que lucram direta ou indiretamente com esse tipo de atividade – ou nós vamos debater, de maneira lúdica, não é, vamos buscar no abstrato algum tipo de alternativa, porque o recurso é finito. Não adianta a água vir de Corumbá.

Aliás, como já aludiu a Promotora Marta Eliana, a tese de Corumbá com água por cem anos incentivou a grilagem de terras. É só a gente fazer uma recapitulação dos últimos trinta anos – como se deu isso de maneira organizada, com quadrilhas armadas, em sociedade com governos e com políticos do Distrito Federal. Nós precisamos ter coragem de enfrentar isso.

Nós precisamos ter coragem de enfrentar um outro problema nacional – eu conversava aqui com o Dr. Jorge –, que é uma política de desenvolvimento regional, para fixar a pessoa no seu local. Se tivéssemos nossas terras todas consideradas rurais, secretária, nossos problemas seriam muito menores. Eu aqui nesta Casa lutei muito contra, mas muito, e vi representantes da segunda geração de direitos e da primeira geração de direitos se unirem para transformar terras rurais em urbanas, porque eram mais rentáveis imediatamente.

Isso é claro. É evidente que ninguém suporta a ampliação, o aprofundamento dessa causa. A terra não suporta, essa terra que a gente quer ver guardada. Ela não suporta. E, aí, as responsabilidades são sempre difusas, porque ninguém abre mão do próprio interesse. Ninguém! Primeiro, o interesse particular, o coletivo individualizado, porque é o que se sente; depois se faz qualquer tipo de debate sobre o futuro.

Estou aqui há 14 anos. Há 14 anos eu tenho uma luta diária. Não é simples, mas é o que faz a gente lutar. O estímulo é esse, é a gente saber que os adversários são exatamente os adversários da cidade, da cidade em que nós vivemos.

Bom, eu quero fazer esta breve avaliação tão somente para dizer que temos esse compromisso, o Deputado Joe Valle e a Deputada Telma Rufino, a quem parabenoza pela iniciativa. A Deputada Telma Rufino teve que sair um pouco mais cedo porque foi buscar o filho no aeroporto; o Deputado Joe Valle teve reuniões sequenciais – aliás, até agora. Então, eles me pediram que os representasse.

Eu quero me congratular com os colegas que estão também muito preocupados com a nossa frente ambientalista, que vai participar, inclusive, da audiência, Dra. Marta, no Ministério Público. Está aqui o Diogo, o Amauri, da Rede.

Quero agradecer a todos e a todas, Rosani, que resistiram até agora porque têm preocupação com o tema. Eu agradeço ao professor Paulo, à Dra. Raquel, ao Dr. Jorge, à minha colega Dra. Marta Eliana, ao secretário, a todos os que efetivamente

Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	02	15h10min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA (Comissão Geral)	60

colaboraram para a realização desta audiência. Sem a nossa turma do cerimonial, da imprensa, do som, da nossa manutenção, os garçons, os taquígrafos e revisores, nós não estaríamos aqui até agora – muito obrigado a todas e a todos.

Também recebo a comunicação, e aqui quero fazer o registro dela: de que o Deputado Robério Negreiros, em razão de um compromisso, não pôde comparecer, mas deixa o registro do seu apoio à causa.

Eu gostaria, então, de imensamente agradecer aos meus colegas Parlamentares que passaram por aqui, às autoridades do governo e, com essas palavras, declaro encerrada esta comissão geral.

(Levanta-se a reunião às 19h04min.)